



Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 6.

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto da Ata n.º 27/2023 – Reunião ordinária de 06 de dezembro de 2023**
  - 2. Deliberação n.º 94/2024 – Proposta n.º 14/2024 – GAP – Equipamento e Ligação ao Sistema da Captação CBR7 de Pinhal de Negreiros. Delegação de Competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
  - 3. Deliberação n.º 95/2024 – Proposta n.º 15/2024 – GAP – Aprovação dos Mapas da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Desempenho Orçamental 2023 – SMS**
  - 4. Deliberação n.º 96/2024 – Proposta n.º 16/2024 – GAP – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024 – SMS**

5. **Deliberação n.º 97/2024 – Proposta n.º 17/2024 – GAP – Revogação da deliberação de extinção e liquidação da Fundação Escola Profissional de Setúbal**
6. **Deliberação n.º 98/2024 – Proposta n.º 18/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Plano de Ação de Gestão de Ruído da A12 – Auto-Estrada Setúbal/Montijo”**
7. **Deliberação n.º 99/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração DD, do prédio sito na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 6.º C, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
8. **Deliberação n.º 100/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DASU/DISUR – Atualização da Estrutura Tarifária do Complexo Fúnebre de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 101/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2023/2024**
10. **Deliberação n.º 102/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo referente ao ano letivo 2023/2024**
11. **Deliberação n.º 103/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2024 – Lanche para estudantes dos 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário - Escalões A e B**
12. **Deliberação n.º 104/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 1.º Ciclo 2023/2024**
13. **Deliberação n.º 105/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha- Refeitórios do 2.º, 3.º Ciclo e Secundário 2023/2024**
14. **Deliberação n.º 106/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária de Bocage**
15. **Deliberação n.º 107/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira para a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação**
16. **Deliberação n.º 108/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito – Reabilitação de habitações e alojamento provisório, no Bairro da Manteigada, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 109/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito – Reabilitação de habitações e alojamento provisório, no Bairro da Alameda, em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 110/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DOM – CP 16/2023/DOM - “Centro Escolar Barbosa du Bocage”: Aprovação do relatório final do júri; não adjudicação e revogação da decisão de contratar; abertura de novo procedimento de contratação pública, por ajuste direto**
19. **Deliberação n.º 111/2024 – Proposta n.º 11/2024 – DOM – CP 17/2023/DOM - “Unidade de Saúde familiar da Bela Vista”: Aprovação do relatório final do Júri; não adjudicação e revogação da decisão de contratar; abertura de novo procedimento de contratação pública, por ajuste direto**

20. **Deliberação n.º 112/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DOM – CP 08/2024/DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro Quinta do Freixo”: Abertura de procedimento de contratação pública; concurso público por lotes - Candidatura n.º 61880 “Reabilitação do Bairro Quinta do Freixo” - RE-CO2-i01 do PRR**
  21. **Deliberação n.º 113/2024 – Proposta n.º 11/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
  22. **Deliberação n.º 114/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Apoio financeiro – XXV ExpressArte**
  23. **Deliberação n.º 115/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DCDJ/DISOC – Centro Social Paroquial de São Sebastião – Colónia de Férias – Apoio financeiro**
  24. **Deliberação n.º 116/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DURB/DIPU – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e Mitrena e adoção de Medidas Preventivas - Processo n.º 1009C/17**
  25. **Deliberação n.º 117/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará - Processo n.º 141/19**
  26. **Deliberação n.º 118/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Legalização e Alteração - Processo n.º 216/23**
  27. **Deliberação n.º 119/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DURB/GAPRU – Concessão da licença administrativa de reabilitação, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 102/22**
  28. **Deliberação n.º 120/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DURB/GAPRU – Concessão da licença administrativa de demolição e construção de edifício habitacional - Processo n.º 4/22**
  29. **Deliberação n.º 121/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – Legalização de alterações exteriores - Processo n.º 332/22**
  30. **Deliberação n.º 122/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “Paragem e estacionamento proibidos”, na Av. Bento de Jesus Caraça (Traseiras do Edifício n.º 71)**
  31. **Deliberação n.º 123/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “Estacionamento Proibido”, com adicionais “acesso de emergência”, nas ruas Falcão Machado e Afonso Castro**
  32. **Deliberação n.º 124/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DURB/GAPGPA – Projeto de regulamento de utilização da ponte cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 8.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Questionou o senhor Presidente se ocorreu algum constrangimento com a recolha porta a porta de resíduos orgânicos e de verdes para as moradias, uma vez que o mesmo não ocorrera na segunda-feira, como previsto, em algumas localizações dos contentores biodegradáveis que permaneciam na via pública, sendo a próxima recolha prevista para quinta-feira.

Disse, contactados em 2021 por moradores da Praceta Joaquina Guerreiro, relativamente à construção naquele espaço, de um espaço de culto, que acabara por ser posteriormente deslocalizado para outra zona da cidade.

Referiu que, naquele contexto, foram agendadas reuniões entre o executivo e os moradores e segundo os moradores fora-lhes prometido a requalificação do espaço, transformando o espaço adjacente num jardim. Passados quase três anos foram novamente contactados pelos moradores, que lhes comprovaram o estado de abandono em que se encontrava aquele espaço.

Questionou para quando iriam cumprir com o prometido aos munícipes em causa.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a sua intervenção estaria relacionada com o encerramento do troço da Estrada Nacional 379, entre a praia da Figueirinha e a praia de Galapos. Referiu que saíram todos, depois da última reunião de câmara, com a clara sensação de que estaria já pronto desde novembro, um relatório sobre a forma de fazer a contenção do bloco rochoso que estava em risco de derrocada.

Na realidade, lendo as declarações mais recentes do senhor Presidente à comunicação social, bem como as publicações feitas nas páginas do município ficaram siderados por perceberem que o relatório que o senhor Presidente se referia não era mais do que um conjunto de orçamentos, para ainda irem lançar o concurso, para ainda adjudicar o estudo que iria definir aquilo que se poderia fazer para resolver a questão de segurança. A sua bancada acompanhava todas as preocupações com a segurança dos munícipes, com a segurança da via, com a segurança de quem pudesse fazer o atravessamento e ser vítima da derrocada daquele bloco rochoso, mas acompanhavam aquilo que eram as preocupações de quem pretendia usufruir das praias que estavam a poente daquele troço, dos operadores económicos que fizeram investimentos, que tinham funcionários que dependiam do rendimento que vinha daqueles mesmos negócios, que se instalaram na praia de Galapos e no Creiro. Acompanhando todas aquelas preocupações, entendiam que era necessário que comesçassem a trabalhar em soluções que garantissem não só as condições de acesso às praias, melhores do que aquelas que tiveram no ano anterior, mas também que garantissem que houvesse um maior fluxo de visitantes, permitindo aos operadores sustentarem os seus negócios.

Entendiam que era necessário que o próximo programa “Arrábida Sem Carros” tivesse diferenças significativas face àquilo que tinha sido o programa do ano anterior, nomeadamente naquilo que era a disponibilidade de carreiras de transporte dedicadas, a servir a praia do Creiro. Disse que tinham, por definição do POC Espichel/Odeceixe, uma capacidade de carga em termos de banhistas de utentes das praias que estava em 60% concentradas nas praias de Albarquel e Figueirinha e em 40% distribuídas pelas praias de Galapos, Galapinhos e Creiro. Disse que em lugares de estacionamento formais, dos 560 disponíveis, para dar resposta às praias da Arrábida tinham 420, considerando o parque da Secil, seriam 75% dos lugares de estacionamento formais, a dar resposta à praia da Figueirinha e tinham apenas 140

lugares, 25% do total de lugares de estacionamento a dar resposta ao Creiro e às praias de Galapos e Galapinhos. Entendiam que era necessário que o próximo programa “Arrábida Sem Carros” tivesse diferenças significativas, face àquilo que foi o programa do ano anterior, nomeadamente a disponibilidade de carreiras de transporte dedicadas a servir a praia do Creiro.

Disse terem, por definição do POC Espichel/Odeceixe, uma capacidade de carga em termos de banhistas de utentes das praias que estava em 60% concentradas nas praias de Albarquel e Figueirinha e em 40% distribuídas pelas praias de Galapos, Galapinhos e Creiro.

Disse que em lugares de estacionamento formais, dos 560 disponíveis, para dar resposta às praias da Arrábida tinham 420, considerando o parque da Secil, seriam 75% dos lugares de estacionamento formais, a dar resposta à praia da Figueirinha e tinham apenas 140 lugares, 25% do total de lugares de estacionamento a dar resposta ao Creiro e às praias de Galapos e Galapinhos.

No ano anterior enquanto resposta de transporte público foi uma dedicação de 90% de transportes públicos a servirem os acessos às praias de Albarquel e da Figueirinha, aquelas que eram mais fáceis para que as pessoas se deslocassem em viatura própria, aquelas que representava cerca de 60% da capacidade de carga em termos de utentes eram servidas por 75% do número de lugares formais de estacionamento, mas tiveram apenas 10% das carreiras dedicadas a dar resposta às praias do Creiro, Galapos e Galapinhos que representavam 40% da capacidade de carga em termos de utentes e eram servidas por apenas 25% dos lugares de estacionamento formais disponíveis junto às praias.

Disse ser necessária uma solução em termos de resposta do Programa “Arrábida Sem Carros” que passasse por uma maior distribuição das carreiras, mais carreiras dedicadas no circuito que ia até à praia do Creiro, fazendo uma distribuição maior dos utentes que utilizavam o transporte público, permitindo que mais pessoas conseguissem aceder através de transporte público às praias do Creiro, Galapos e Galapinhos, e também garantir que aquele troço de um quilómetro, entre o local onde o autocarro parava junto ao estacionamento do Creiro e as praias de Galapos e Galapinhos pudesse ter uma resposta através da disponibilização de viaturas de 9 lugares, em circuito circular, as quais poderiam fazer a inversão de marcha ao contrário dos minibus.

Garantir que houvesse uma resposta para que as pessoas se pudessem deslocar às outras praias que já não eram servidas pelo transporte público e garantir através de acordos de protocolos estabelecidos com as empresas marítimo-turísticas do concelho, para que as pessoas se pudessem deslocar por via marítima até ao pontão do Portinho da Arrábida, às praias de Galapos e Galapinhos, permitindo que o acesso fosse feito com a comparticipação do município, garantindo que o preço do bilhete por cada utente se assemelhasse aquilo que era o preço do bilhete de quem se deslocava de autocarro.

Permitindo garantir uma melhor distribuição de pessoas por todas as praias, retirando pressão da praia da Figueirinha e Albarquel e criando condições de segurança para quem se deslocaria ao Creiro.

Independentemente das soluções encontradas e implementadas, quando se deslocou à praia do Creiro no ano anterior, quer fosse para ficar em Galapos ou Galapinhos, viu-se confrontado com situações de estacionamento abusivo, que decorria da falta de estacionamento regulado e da falta de solução em termos de transporte público, criando condições para quem pretendesse ir àquelas praias, o pudesse fazer em

segurança, sem criar condições de maior pressão e garantindo aos operadores que estavam numa zona onde não seria possível circular diretamente, viessem pelo caminho mais curto, podendo atrair potenciais clientes.

Disse que aquelas eram as soluções que o Partido Socialista apresentava, não arrastando os pés, procurando encontrar soluções, onde recentemente só existia desresponsabilização. Na verdade, era aquilo que decorreu naquilo que eram as intervenções do senhor Presidente, numa total desresponsabilização pelo problema. A câmara agira bem em interromper a circulação naquele troço, mas não fizera mais nenhuma ação no sentido de procurar garantir soluções.

Disse estarem no final de fevereiro e a época balnear começaria em princípio no início de junho, se naquele momento não seria possível executar o estudo, assim como executar a obra, era preciso garantir outras soluções para mitigar aquilo que eram os constrangimentos decorrentes do encerramento daquele troço.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que o senhor Vereador Joel Marques fizera uma longa intervenção sobre um problema que era importante e com o qual concordou. Na realidade precisavam de arranjar soluções para os setubalenses terem praia, mas não seria só ter praia, mas ter também soluções para fazer caminhadas.

Referiu que na semana anterior esteve num encontro de empresários estrangeiros em Lisboa e dois deles pensaram comprar casa em Setúbal, os quais questionaram sobre a existência de trilhos em Setúbal para que andassem a pé perto da cidade durante o período da manhã, pelo que tivera alguma dificuldade em poder dar a respetiva informação com a localização dos trilhos, dada a insuficiência de oferta naquela matéria.

Disse estarem preocupados, porque era preciso encontrar uma solução, uma vez que os setubalenses não tinham quase praia, a não ser a Figueirinha e Albarquel. Queriam crer que a câmara estivesse a trabalhar numa solução e que não visse naquilo só a responsabilidade do Governo que era grande, mas a responsabilidade de criar alternativas cabia à Câmara Municipal.

**Sr. Presidente** – Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz sobre a questão da recolha dos resíduos orgânicos, o senhor Vereador Carlos Rabaçal falaria sobre o assunto.

Em relação à questão dos moradores da Praceta Joaquim Guerreiro, aprovaram na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal o empréstimo para realizar aquela obra, sendo procedimentos que estariam a decorrer, significava que a obra logo que fosse possível seria iniciada, o projeto estava feito, tinha sido discutido na altura com as populações, seria uma questão dos procedimentos designadamente com visto do Tribunal de Contas.

Referiu que o senhor Vereador Joel Marques disse que saiu convencido na última reunião de câmara, quando falaram sobre a questão da interrupção do troço da estrada a seguir à Figueirinha, que havia um relatório e o assunto estaria resolvido. Desconhecia com que interpretação é que o senhor Vereador fez sobre aquilo que certamente constaria em ata. As declarações que fizera relativamente àquela situação, saíram em vários órgãos de comunicação social. A situação era tão grave e tão preocupante, que entendera fazer uma gravação para colocar nas redes sociais e na página da Câmara Municipal, no sentido de ficar claro o problema que existia, procurando dar as notas fundamentais daquele processo.

Em fevereiro de 2023 foram informados pela Proteção Civil de uma situação de risco de queda de um maciço rochoso, cerca de mil toneladas de rocha, vista em fotografia através de *drone* e feito pela Proteção Civil.

Tratava-se de uma fenda bastante significativa, tendo o risco de queda eminente daquele bloco rochoso. Na sequência daquela situação contactaram a APA, o ICNF, sobretudo tudo o ICNF que tinha especialistas naquele tipo de intervenções, tendo reunido também com a Comissão Municipal de Proteção Civil, para além de terem contactado a Secil que era proprietária daquele terreno.

No âmbito daquelas reuniões técnicas decidiram que seria necessário contactar o Ministério do Ambiente, embora tratando-se de uma propriedade privada, aquela propriedade privada ficava no Parque Natural da Serra da Arrábida, sendo que qualquer intervenção naquele território requeria uma apreciação e decisões do Ministério do Ambiente. O senhor Ministro do Ambiente propusera que houvesse uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Ambiente e o senhor Secretário de Estado da Proteção da Natureza.

Reuniram as várias entidades com os técnicos do Ministério do Ambiente e concluíram que seria necessário haver uma intervenção, mas que essa intervenção tinha de ser estudada e avaliada tecnicamente, sendo necessário contratar uma empresa da especialidade que fizesse o estudo técnico, designadamente a área de intervenção e o tipo de intervenção. Concluíram que para lançar aquele procedimento era necessário haver a constituição de um caderno de encargos e um valor de base.

Aquelas intervenções poderiam ser suportadas pelo Fundo Ambiental, ficando a Secil encarregue, porque trabalhava com empresas da especialidade, de pedir informação das empresas no sentido de poder preparar-se um caderno de encargos e lançar o procedimento.

Em outubro de 2023 a Secil fizera chegar à Câmara Municipal a respetiva informação e ainda no mês de outubro a câmara fizera seguir para os senhores Secretários de Estado a respetiva informação, para haver uma reunião, tendo em conta todos os riscos, todos os interesses e responsabilidades que estavam em causa.

Entendiam que seria necessário fazer um protocolo que estabelecesse as responsabilidades de cada uma das entidades que intervinham.

Disse existirem duas entidades que tinham responsabilidades diretas naquele processo, a Secil que era proprietário daquele território e o Ministério do Ambiente que geria o Parque Natural.

A Câmara Municipal nem sequer tinha competência para intervir naquele território, no entanto, cabia à Câmara Municipal a defesa dos interesses de Setúbal e dos setubalenses, sendo a Câmara Municipal sempre parceira naquele processo, tendo sido assumido por proposta dos senhores Secretários de Estado que os procedimentos, tanto para o lançamento do concurso de contratação da empresa para fazer o estudo, como para a sua intervenção.

Disse entenderem que era necessário haver um documento que identificasse as responsabilidades de cada uma das entidades, por essa razão enviaram aqueles documentos com a informação de duas empresas consultadas pela Secil para os senhores Secretários de Estado. Desde outubro de 2023, os serviços municipais e o gabinete do Presidente contactaram várias vezes os gabinetes dos senhores Secretários de Estado, sem que tivessem obtido qualquer resposta. Disse que achou estranho que o jornal “Correio da Manhã” viesse pedir informações sobre aquela situação e depois noticiaram que o Ministério do Ambiente considerava que o



financiamento era uma responsabilidade do próximo Governo, uma vez que o atual Governo estava em gestão. Nos meses de outubro, novembro e dezembro o Governo não estava em gestão, no entanto, o Governo dissera que não havia financiamento e a Câmara Municipal deveria avançar com as obras, porque quem tinha os seus negócios naquela zona que certamente estariam a ser penalizados. Manifestara a sua estranheza que o Ministério do Ambiente tivesse respondido a um jornal e que durante vários meses nunca responderam à Câmara Municipal de Setúbal, nem um telefonema de resposta às insistências do gabinete do presidente da Câmara, com a agravante de dizer que a Câmara Municipal deveria avançar com as obras e pedir responsabilidades à Secil, tal como referia o jornal “Correio da Manhã”.

Na realidade, os cidadãos de Setúbal, os cidadãos do país que gostavam da Serra da Arrábida e gostavam das praias da Arrábida precisavam de um esclarecimento, por essa razão entendera fazer aquilo que já tinha referido, clarificando de diversas formas aquela situação.

Disse ser uma verdadeira posição por parte do senhor Vereador, de um partido que estava na oposição e que não queria ter qualquer responsabilidade sobre aquela situação, nem sequer solidariedade com o que acontecia.

O senhor Vereador disse estar preocupado com as questões da segurança, mas também estava preocupado com as pessoas que tinham os seus negócios. Manifestara preocupação, mas aquilo que foi a responsabilidade do Governo do Partido Socialista não o preocupava em nada, nem a solidariedade com aquilo que eram as preocupações efetivas, as diligências e a falta de resposta do Ministério do Ambiente às iniciativas da Câmara Municipal.

O senhor que era Vereador da Câmara Municipal deveria perante aquela informação ser solidário. Disse que ficou clara a posição do senhor vereador relativamente àquela questão.

Para o executivo CDU era fundamental haver um documento em que as três entidades identificadas, o Ministério do Ambiente, a empresa que tinha aquela propriedade e também a Câmara Municipal assumiria as responsabilidades que lhes cabia. Logo que o próximo Governo tomasse posse, a Câmara Municipal faria um contacto com o Ministério do Ambiente no sentido de ultrapassar aquela situação e resolver aquele problema.

Relativamente à outra questão que o senhor Vereador ali colocara, foi muito bem estudada e apresentada, com percentagens para tudo e para mais alguma coisa.

Disse que o senhor Vereador estudou profundamente a questão do acesso às praias, tratou-se de um estudo altamente elaborado por parte do senhor Vereador e muito bem.

No entanto, o senhor esquecia-se como aqueles processos corriam e que o executivo CDU assumira a responsabilidade daquilo que fazia e tinha em conta aquilo que era os interesses das populações. O senhor Vereador não sabia, porque não queria, caso contrário teria perguntado ou teria avaliado.

A Câmara colocara no ano anterior, perante aquela situação já existente, para além dos autocarros que circulavam para a Figueirinha, autocarros que partiam de Setúbal para o Portinho ou para o Creiro e autocarros que partiam de Azeitão para o Portinho ou para o Creiro.

Aconselhou ao senhor Vereador que tivesse visto como os autocarros circulavam. Antes de o senhor fazer qualquer avaliação deveria saber do que estaria a falar. A câmara colocara os autocarros em Setúbal que passavam por Azeitão, porque não podiam passar pela Serra, situação estudada.



Foram informados por quem de direito que não havia condições para os autocarros circularem na estrada de cima. Disse que tinha sido estudado o assunto e fora devidamente avaliado. O estudo que o senhor Vereador fez era um estudo muito bem elaborado, mas que servia para as suas contas, mas para as contas de quem tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal serviria pouco ou nada.

Desconheciam o número de pessoas que poderiam frequentar aquelas praias, por essa razão dedicaram dois autocarros a sair de Setúbal em direção ao Portinho e ao Creiro.

Caso o senhor Vereador tivesse a oportunidade de verificar, os autocarros nunca estiveram cheios. De Azeitão já não era a primeira vez, porque já outros anos houve autocarros de Azeitão que nunca encheram.

Disse terem que gerir os recursos da Câmara Municipal, por essa razão se pedissem aos operadores para enviarem autocarros que poderiam ficar parados, certamente teriam que pagar por isso. Faziam uma gestão que era da avaliação que faziam e caso houvesse maior procura por parte de pessoas que quisessem utilizar aquele transporte de autocarro de Setúbal, passando por Azeitão, certamente que informariam o operador no sentido de reforçar a situação.

Disse que o autocarro que em anos anteriores partia de Brejos de Azeitão, passando por Vila Nogueira, dirigindo-se ao Creiro e ao Portinho, no ano anterior não chegava a ter lotação completa. Quando a situação fosse alterada na procura, a Câmara Municipal contactaria o operador no sentido de dar resposta.

Disse que a Câmara Municipal aprovara uma redução em 10 euros do custo do passe Navegante Municipal, no sentido de que mais pessoas pudessem optar pelo transporte público, para além de poderem andar no concelho e poderem frequentar as praias. Se aquela medida tivesse mais procura nos autocarros de Setúbal e de Azeitão, os mesmos seriam reforçados.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Relativamente à questão do valor do passe no ano anterior a redução de 10 € já estava em vigor. Sobre a utilização de aquisição por cidadão do passe Navegante Municipal no concelho de Setúbal, o senhor Presidente teria dados que a oposição não dispunha, certamente que lhes poderia facultar essa informação, no sentido de se avaliar se houve um reforço da procura pela altura da época balnear.

Disse que a questão foi colocada no ano anterior quando discutiram a proposta do programa “Arrábida Sem Carros”, tendo apresentado dados que eram públicos - não foram inventados pela sua bancada - os quais referiam que Albarquel tinha capacidade para 640 utentes, a Figueirinha 1800, Galapos 250, Galapinhos 300 e o Creiro com capacidade para 1030 utentes.

Aqueles dados constavam no POC Espichel/Odeceixe, eram dados públicos e que lhes indicavam qual seria a carga em cada uma daquelas zonas, sendo que aqueles dados também estiveram disponíveis na proposta.

Disse que tinham avaliado que dos 560 lugares de estacionamento formais disponíveis para as praias, 420 responderiam diretamente à Figueirinha e 150 respondiam ao Creiro, Galapos e Galapinhos, significava uma resposta de 75% para a Figueirinha e 25% nas restantes.

Na altura que discutiram o programa “Arrábida Sem Carros” dissera em reunião de câmara que não era com duas carreiras na época balnear partindo de Setúbal uma às 8h30 e outra às 14h30, com duas carreiras de regresso e apenas com uma carreira

de ida e uma carreira de regresso para Azeitão, que se criaria uma oferta necessária para que a procura pudesse acompanhar.

Certamente que antes da câmara estabelecer um protocolo de micromobilidade ou mobilidade partilhada com a BOLT, não tinha ninguém a bater-lhe à porta para dizer que aquilo que precisavam, mesmo sendo uma trotinete partilhada. Significava que criaram a oferta e depois a procura acompanhara da mesma forma que acontecia com vários outros serviços, incluindo serviços públicos.

No transporte público, particularmente no que respeitava àquilo que era a distribuição do número de carreiras para dar resposta a cada um daqueles pontos de praia, era importante que fosse criada uma oferta e que fosse reforçada a oferta para o Creiro, garantindo que o reforço da oferta fosse certamente acompanhado por uma maior procura.

Não era credível que uma família com crianças pequenas, que fosse à praia, se sentisse confortável e aceitasse o condicionalismo que era ter que sair de Setúbal às 8h30 para só sair da praia às 14h30.

Não era exequível e era necessário que houvesse uma maior oferta, era necessário que não tivessem o mesmo número de autocarros com a mesma frequência com que tiveram para as outras praias.

Sugeri que acompanhassem aquilo que era a frequência de meia em meia hora, aquilo que era a frequência de 15 em 15 minutos no autocarro que circulava até Albarquel, era necessário que houvesse uma frequência que fosse semelhante àquilo que era a resposta que existia para outras praias para a procura surgir de forma sustentável. Continuar a dizer que as pessoas não procuraram e como não procuraram não tinham a solução – lamentava -, mas aquilo era continuar a persistir num erro que era um erro de concentrar oferta de transporte em apenas 60% da capacidade de carga das praias, deixando aquilo que era a deslocação em transporte privado dos restantes 40%, criando condições que se pretendia evitar com o programa “Arrábida Sem Carros”, eram condições de risco acrescido, porque depois não havia lugares de estacionamento que dessem resposta à procura que aquelas praias tinham. Se as praias não tivessem procura, não havia estacionamento irregular ao longo de um troço significativo, em mais de um quilómetro.

Disse existir procura daquelas praias e, por essa razão, o município teria que criar condições para que existisse uma oferta de transporte público, para que as pessoas se pudessem deslocar em segurança, em maior número e para que pudessem distribuir aquilo que era a procura pelas praias por todas as praias que eram excelentes e que existiam na Serra da Arrábida.

Disse que a sua bancada procurava soluções, sugeria soluções, apresentando propostas que consideravam exequíveis, relevantes e acima de tudo responsáveis. Sendo responsáveis enquanto vereadores do partido de oposição seriam também responsáveis se tivessem no exercício do poder como seria no caso do senhor Presidente.

**Sr. Presidente** – Disse que registaram a forma do senhor vereador ver as coisas, que era sempre bom estar na oposição e dizer aquelas coisas todas, colocando carros à disposição todo o dia, de meia em meia hora. Disse que tiveram uma experiência de outros anos de autocarros que saíam de Brejos de Azeitão meio vazios. Seria uma aventura a Câmara Municipal contratar com o operador para colocação de um conjunto de autocarros para depois os mesmos circulassem vazios. Disse que se tratava de uma questão de gestão, mas para quem estava na oposição havia todas



aquelas possibilidades, no entanto, o executivo CDU fazia a sua própria gestão. Certamente que a situação poderia evoluir, o que seria seu desejo, para que mais pessoas pudessem optar por andar de autocarro e se assim verificasse a Câmara Municipal faria o contrato com a operadora no sentido de garantir aqueles autocarros e na mesma frequência que acontecia para a Figueirinha. Enquanto não vissem alterações, não assumiriam aquela responsabilidade. Disse que estariam atentos a todas as possibilidades e se isso acontecesse, poderia garantir que haveria autocarros para transportar as pessoas. O objetivo e o grande desafio que tinham pela frente era reduzir o número de circulação automóvel particular e que as pessoas usassem o transporte público. Mencionou que proximamente iriam apelar e sensibilizar mais os munícipes para aquelas opções.

Referiu que fez distribuir um documento pelos senhores vereadores, que tinha uma informação sobre a construção da unidade de Saúde Familiar de Azeitão (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 9) que estava concluída e cuja chave fora entregue à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo no dia 30 de novembro e que, finalmente, fora aberta ao público.

Disse compreenderem que, numa altura de campanha eleitoral, o Governo não tivesse promovido uma iniciativa da abertura feita de outros moldes.

Tivera a oportunidade durante o período da manhã em cumprimentar os profissionais do Centro de Saúde e desejou o melhor trabalho aos seus profissionais, esperando que as populações de Azeitão pudessem finalmente ser bem servidas, após uma luta de tantos anos, finalmente iriam ter uma Unidade de Saúde de cuidados primários a funcionar. Dissera várias vezes que aquela Unidade de Saúde Familiar, assim como as outras duas, uma na Bela Vista e a outra no Bairro do Liceu, foram objeto de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde. Disse existirem contratos-programa na execução das próprias intervenções e no caso da Unidade de Saúde Familiar de Azeitão tinham um protocolo e tinham um contrato assinado entre a Câmara Municipal e a ARS.

Disse ser pública que a construção daquela unidade de saúde era uma parceria entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde, com o Ministério da Saúde. Por sua surpresa tivera a oportunidade de terem-lhe mostrado dois vereadores da Câmara Municipal, à porta do Centro de Saúde, dizendo que aquilo foi uma iniciativa do Governo, que era o resultado do trabalho do Governo, mas sobre a Câmara Municipal disseram zero. Achou a situação profundamente lamentável. Sabiam estarem em campanha eleitoral e que um desses vereadores era candidato à Assembleia da República.

Disse que não valia tudo e era preciso ser rigoroso, ainda mais quando existiam dois vereadores eleitos naquela câmara. Referiu que seria necessário que ficasse clarificado, por essa razão fizera distribuir aquela informação para que ficasse claro, do apanhado que tinham ao longo do tempo da construção do Centro de Saúde, qual foi o investimento que a Câmara Municipal fizera e a dívida que a ARS de Lisboa e Vale do Tejo tinha para com a Câmara Municipal de Setúbal.

Disse ser profundamente lamentável que vereadores daquela câmara fizessem aquele papel. Disse que não valia tudo em política. Por causa daquele tipo de comportamento é que tinham outros caminhos que todos condenavam, era por causa daqueles comportamentos, de uma grande irresponsabilidade, do não respeito pelos valores da democracia, pela falta de rigor, que muitos cidadãos do país já não acreditavam em nada, porque o comportamento de alguns candidatos, de alguns responsáveis não mereciam crédito.



Esperava que o documento que tinha sido distribuído aos senhores vereadores fosse bem explícito. Apelou para que não voltasse a acontecer aquela situação triste que verificara nas declarações feitas por dois vereadores da Câmara Municipal de Setúbal.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Aquilo que o senhor Presidente acabara de dizer era de uma gravidade muito grande.

Quem era vereador na Câmara Municipal de Setúbal tinha como por obrigação e missão zelar pelos interesses do concelho e pelos interesses de quem vivia no concelho e não andar a fazer propaganda política. Propaganda no mau sentido do termo, porque aquilo que o senhor Presidente descrevera era um caso de propaganda.

Disse existirem mais que dois vereadores naquela Câmara Municipal da oposição, pelo que temia que fosse identificado como um dos autores daquela ação, que repudiou veementemente. Caso o senhor Presidente tivesse o nome dos dois vereadores, solicitou que os dissesse publicamente.

**Sr. Presidente** – Disse que alguém lhe mostrara o vídeo que passava nas redes sociais. Disse que viu a intervenção do senhor Vereador Fernando José e do senhor Vereador Joel Marques. Na intervenção que fizeram referiram que se tratava de uma obra do Governo. Poderiam ver no vídeo que deveria estar disponível nas redes sociais, no qual referia que foi o Governo que fizera tudo aquilo e a Câmara Municipal zero. Se tivesse sido outra pessoa qualquer, certamente não estaria informada e não teria conhecimento, no entanto, era muito estranho serem dois vereadores da Câmara Municipal. Apelou para que situações daquelas não se voltassem a repetir. Disse que não voltaria a dizer aquilo que já tinha dito, não sendo muito extenso, foi suficientemente claro sobre aquele tipo de comportamento.

Disse que aquele foi um exemplo, mas sabiam existirem exemplos pelo país fora, de pessoas que estavam preocupadas com a evolução da situação política em Portugal, mas que no seu dia a dia, na sua ação política tinham comportamentos como aqueles ou ainda piores.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente infelizmente levara por arrasto o senhor vereador Fernando Negrão, que sem ter conhecimento dos factos acabou por acompanhar uma falsidade dita em reunião de câmara.

Disse que já não era a primeira vez que o senhor Presidente tentava desvalorizar o trabalho da oposição, demonstrando até algum desrespeito e isso ficava-lhe mal, porque o Partido Comunista Português, a CDU, eram na maior parte das autarquias do nosso país e na Assembleia da República oposição fazendo o seu trabalho, apresentando críticas e propostas construtivas que era aquilo que a sua bancada também fazia enquanto vereadores da oposição, afirmando-se cada vez mais como a única alternativa à gestão da CDU em Setúbal, acreditando que em 2025 iriam conseguir virar a página.

O senhor Presidente em vez de tentar ponderadamente analisar a bondade daquelas propostas, tentar fazer um esforço de aproximação, aquilo que fazia constantemente era abocanhar as propostas que ali eram apresentadas e isso não lhe ficava bem, porque o senhor Presidente era um representante de uma minoria a nível político do país e sendo da oposição devia ter mais respeito por essa oposição que era feito em Setúbal.



O senhor Presidente demonstrou ao longo daqueles dois anos nenhum respeito pela oposição, nenhum respeito pelos vereadores do Partido Socialista. Certamente que os vereadores do PS representavam o futuro naquele concelho e o senhor Presidente já fazia parte do passado. O senhor Presidente tinha sido levado em erro pela informação que lhe deram e que acabou por levar o senhor vereador Fernando Negrão também a fazer uma intervenção levada num erro.

Na verdade, os Vereadores do Partido Socialista estiveram a assinalar o momento que era muito importante, a abertura do Centro de Saúde de Azeitão. A referida Unidade Local de Saúde que o senhor Presidente, de forma irresponsável, dissera na última reunião de câmara, que estava fechado por falta de médicos, prestando a informação à população dizendo que o Centro de Saúde não abria por falta de médicos, mas passados cinco dias o Centro de Saúde estava aberto.

Quem falou de forma irresponsável, fazendo a triste figura e um papel que não servia os interesses da população, foi o senhor Presidente, prestando uma informação que não correspondia à verdade. O Centro de Saúde abriu e o senhor Presidente apressou-se a ir ao Centro de Saúde para dizer que estava aberto. Efetivamente estava aberto e sem falta de médicos.

O senhor Presidente terá ficado preocupado com o facto de os vereadores do Partido Socialista andarem no terreno e andarem a fazer o seu trabalho. Aquilo que os vereadores do Partido Socialista fizeram em colaboração com o autarca da Assembleia de Freguesia de Azeitão, terá sido a assinalar aquele momento. Tanto na nota de imprensa como no "Post" a que o senhor Presidente se referia, na triste figura que acabara por fazer e do papel a que cedera, se devia ao facto de ter sido mal-informado, certamente não lhe disseram aquilo que estava no "Post" e na nota de imprensa, do qual iria passa a ler.

**Sr. Presidente** – Para clarificar, disse que nunca tinha referido a existência de nota de imprensa, mas sim num vídeo.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente fazia uma triste figura, quando acusava a oposição de um vídeo e depois esquecia-se de ver tudo o resto. Inclusivo aquilo que estava junto ao vídeo. O senhor Presidente teria que ver aquilo que estava nas redes sociais e aquilo que os Vereadores do Partido Socialista disseram: *"Reconhecendo que a Câmara Municipal de Setúbal esteve bem no acordo de cooperação celebrado com a Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a utilização do tema da Saúde para o combate político e a recente decisão do executivo da CDU da Câmara Municipal de Setúbal em recusar integrar a Unidade Local de Saúde, criada para os municípios de Setúbal, Palmela e Sesimbra, são erros de uma política do passado que não tem visão para o futuro e que a recusa das responsabilidades, prejudica os setubalenses e os azeitonenses"*. Disse que em momento algum os vereadores do Partido Socialista da Câmara Municipal de Setúbal negaram a existência de um acordo, de um protocolo entre a Câmara Municipal e o Governo, que também iria acontecer na construção do Centro de Saúde do Bairro do Liceu e da Bela Vista. Consideravam que a Câmara Municipal de Setúbal, como muitas outras câmaras por esse país fora, agia bem. Quem estava naquele processo a agir bem era o Governo, um Governo que era suportado pela maioria do Partido Socialista na Assembleia da República. Após identificado o problema na saúde, na educação e na habitação foram criadas medidas para resolver aqueles problemas, mas para os resolver era preciso não andar a arrastar os pés, era preciso agir e



aquela ação tinha sido feita em oito anos de governação do Partido Socialista em várias áreas e em muitas delas, numa estreita cooperação com as Autarquias Locais, que de outra forma não poderia ser, tal como era no caso da habitação tanto na requalificação como na construção e mesmo acontecia na saúde, na construção das Unidades Locais como tinha sido o caso de Azeitão e seria o caso da Bela Vista e do Bairro do Liceu, era assim em muitas outras áreas.

A ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo, que para muitos era uma mentira, que era algo que jamais iria acontecer, na realidade acontecera e as obras decorriam para quem quisesse ver, por ação daquele Governo. Significava existirem resultados para apresentar.

**Sr. Presidente** – Disse que se não fosse o Partido Comunista a apresentar uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado, ainda estariam à espera do financiamento das obras do Hospital de São Bernardo, que o senhor Vereador Fernando José tanto anunciou ao longo de vários anos.

Questionou o senhor Vereador, como é que as pessoas poderiam acreditar naquilo que o senhor Vereador dizia.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que o senhor Presidente era do partido Os Verdes e estava a defender o Partido Comunista, poderia vir a ter problemas dentro do seu partido, porque estava a defender o PCP com tanta força.

Disse que o senhor Presidente não estava em campanha, e ficaram a saber que o senhor Presidente não estava a apoiar a candidatura da CDU às legislativas, percebia que assim fosse e ainda bem que assim era.

**Sr. Presidente** – Disse que não se referiu a nenhuma nota de imprensa que o Partido Socialista tivesse feito, apenas se referiu às declarações feitas em vídeo pelo senhor Vereador Fernando José e pelo senhor Vereador Joel Marques, que constava nas redes sociais. Misturar a nota de imprensa era chutar para canto, quando cometiam erros de palmatória, certamente os senhores Vereadores já estariam arrependidos de o ter feito, porque a população de Setúbal iria tomar conhecimento daquilo que os senhores fizeram e da realidade dos factos.

Relativamente a ter ido à pressa para a abertura do Centro de Saúde, o senhor Vereador Fernando José fez uma figura triste.

Numa reunião de câmara, respondendo a uma pergunta da senhora Vereadora Sónia Martins, dissera que, infelizmente, foi entregue as chaves à ARS do Centro de Saúde em 30 de novembro e na data em que se realizara aquela reunião de câmara, infelizmente, o Centro de Saúde ainda estava fechado e dissera que seria por falta de profissionais. Naquela altura, o senhor Vereador Fernando José questionara, ao qual terá respondido que supunha que seria por falta de profissionais, porque todos sabiam qual era a situação de falta de profissionais de saúde a nível nacional.

Disse que não tinha sido contactado naquela altura por nenhum responsável da área da saúde para dizer que o Centro de Saúde iria abrir. O senhor Vereador Pedro Pina, certamente, também, iria dizer o que se passou, sobre uma situação algo caricata.

Disse perceber a situação quando se estava em campanha eleitoral. Os responsáveis terão tomado a iniciativa de abrir o Centro de Saúde, mas a situação caricata era que o Centro de Saúde era para abrir na segunda-feira e a Câmara Municipal fora informada na sexta-feira à tarde. Se aquilo era uma boa forma de relação entre a Administração de Saúde e a Câmara Municipal que financiou aquele Centro de

Saúde, os senhores Vereadores do Partido Socialista podiam-se pintar de azul, de verde, de amarelo, daquilo que quisessem, no entanto, aquele comportamento de quem tinha uma maioria absoluta e a impunha, certamente que teria consequências desastrosas.

Esperava que mais nenhum vereador daquela Câmara Municipal fizesse a figura que os senhores Vereadores do Partido Socialista fizeram naquele vídeo.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse estar convencido de que o senhor Vereador Fernando José fosse-lhes trazer alguma novidade, sobre a perspectiva de pagamentos, os quais ainda não foram efetuados à Câmara Municipal.

Disse ser uma nota importante, considerando a propósito do tema sobre a rocha na Arrábida, as dificuldades que decorriam e a incapacidade do Governo de apresentar uma solução para uma responsabilidade que era sua, estiveram a falar de matérias que contribuindo para o acesso às praias, no entanto, estiveram a construir uma narrativa para não responder ao problema.

Informou o senhor Vereador Fernando José, que aquilo que os senhores vereadores fizeram era um pouco como as parangonas dos jornais, quando punham no título de primeira página uma notícia e depois diziam, que não era aquilo que pretendiam dizer, porque se fossem ver a notícia mais adiante, a mesma dizia uma coisa diferente.

Disse haver uma grande confusão, porque desde o princípio daquele mandato o Partido Socialista continuava a querer corroborar que a minoria dos eleitos do Partido Socialista tinha um papel diferente do que aquele que governava aquela Câmara Municipal.

Quem não respeitava a maioria que governava aquela Câmara Municipal e a cidade eram os senhores Vereadores do Partido Socialista.

Queria acreditar que o senhor Vereador Fernando José, com a experiência que tinha, nomeadamente no exercício das suas funções de deputado, não podia em consciência consigo mesmo considerar que, independentemente do papel que quisesse atribuir ao Governo do Partido Socialista, que entendesse compreensível como aquela autarquia, dona da obra até à entrega das chaves no dia 30 de novembro, tivesse sido informada através de e-mail da ULS Arrábida, às 17h30 que a abertura se iria concretizar, não era aceitável que se tratasse assuntos daquela forma. Disse que não ficava mal ao Partido Socialista dizer que não acharia aceitável que as autarquias, independentemente da parceria que estabelecessem com os Governos, que tivessem ainda em dívida o valor apresentado no documento distribuído pelo senhor Presidente e o qual ainda não tinha sido ressarcido um cêntimo.

Sobre aquela matéria a bancada do Partido Socialista tinha um silêncio ensurdecedor, mas faziam um exercício de propaganda política, querendo assacar um ónus da abertura ao Governo do Partido Socialista, escamoteando a responsabilidade que a autarquia tivera, utilizando um vídeo que dizia absolutamente aquilo que dizia, querendo aquela mais-valia para o território de Azeitão. Em política aquilo não era correto, haveria que atribuir às entidades competentes.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se estava mandatado pelo Governo, porque era ao Governo que competia fazer a abertura institucional do Centro de Saúde. O Centro de Saúde não foi formalmente inaugurado e queria acreditar que não seria inaugurado pelo Vereador Fernando José, exceto se o Partido Socialista viesse dizer que seriam os eleitos da autarquia que estando na oposição iriam inaugurar o Centro de Saúde. Seria uma situação que lhes foi transmitida no final do ano anterior, que aquela inauguração acontecesse formalmente.

Questionou se seriam os deputados do Partido Socialista eleitos ou se seria aos Vereadores do Partido Socialista eleitos que iria competir aquela função.

Recordou o senhor Vereador sobre a questão do respeito institucional e sobre como a bancada do Partido Socialista gostava de dizer, useiros e abuseiros, na forma como confundiam o papel da oposição, querendo governar quando estavam na oposição.

Recordou que os senhores Vereadores do Partido Socialista, numa visita do senhor Ministro a Setúbal, no quadro da visita ao Centro Hospitalar de Setúbal, os senhores Vereadores intrometeram-se numa reunião entre a Administração do Centro Hospitalar de Setúbal e os presidentes eleitos democraticamente pelas três autarquias.

Questionou o senhor Vereador se achava que aquilo seria respeito institucional e se achava que era fazer oposição de uma forma democrática.

Disse que não viu nenhum Vereador do Partido Social Democrata naquela reunião.

Questionou os vereadores se foram convidados.

Questionou se achariam normal em democracia, que os vereadores da oposição, numa reunião em que acompanhavam o senhor Ministro da Saúde e o Conselho de Administração do Hospital, em que os vereadores da oposição sorratamente acompanharam o senhor Ministro e quando deram pela situação estavam sentados na sala o senhor Vereador Fernando José e o senhor Vereador Joel Marques a assistir à reunião. Aquilo era um exemplo do respeito institucional.

Questionou o senhor Vereador se sabiam mesmo como tinha sido aberto o Centro de Saúde e se sabia quais os recursos requisitados de outros centros de saúde. Uma vez que o senhor Vereador referira que não havia falta de recursos.

O senhor Vereador era uma pessoa bem informada, esclarecida e tinha acesso a informação privilegiada, teria certamente a possibilidade de saber que tinha havido recursos retirados de outras Unidades de Saúde Familiar para permitir que a Unidade de Saúde Familiar de Azeitão estivesse a funcionar.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se conseguia à data, de dizer-lhes aquilo que era a capacidade de resposta da Unidade de Saúde Familiar de Azeitão e se estaria a funcionar plenamente com todos os recursos que estavam considerados na oferta daquela estrutura. Sabia que, na verdade, não estavam, sabia que, na verdade, faltavam recursos humanos, sabia que, na verdade, não estaria a funcionar na sua plenitude.

Disse que haveria limites entre o querer destacar aquilo que era o papel que o Governo do PS, na responsabilidade que tinha nos processos, outra coisa era querer anular e pôr em causa aquilo que aquela autarquia fez.

Questionou o senhor Vereador, por que razão não propuseram uma visita conjunta com a Câmara Municipal para visitar a Unidade de Saúde Familiar inaugurada. O senhor Vereador tantas vezes apelava à concertação, poderia ter informado o senhor Presidente da Câmara Municipal, que a Unidade de Saúde Familiar iria ser aberta na segunda-feira, porque provavelmente até teria sabido antes do executivo CDU, que só souberam às 17h30. A Câmara soube por um telefonema provocado pelo executivo municipal junto da Administração da ULS Arrábida, que os informou que na sexta-feira ainda não tinham a certeza se seria aberto.

Questionou o senhor Vereador Fernando José se tinha alguma informação que lhes pudesse transmitir, no que dizia respeito àquilo que eram os valores que estavam acordados entre a ARSLVT e a autarquia e sobre a qual a Câmara Municipal não tinha resposta. O senhor Ministro comprometera-se com o senhor Presidente da

Câmara Municipal em resolver o assunto rapidamente, para a Câmara Municipal poder, perante um valor tão avultado, resolver aquele problema.

Questionou qual seria a confiança política para avançar nas parcerias que tinham ainda estabelecidas.

Disse que não valia tudo, mesmo no quadro de um período de pré-campanha eleitoral, mesmo percebendo aquilo que era o entendimento que tinham sobre o papel que o Governo Central e a Administração Local dos Territórios tinham. Não seria abonatório para a democracia, não seria abonatório para aquilo que seria a salutar discussão democrática entre os partidos, aquele tipo de atitude, mas tinha infelizmente sido aquela a conduta que o Partido Socialista lhes tinha habituado, que não se traduzia propriamente numa novidade.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse terem vários investimentos em curso em Setúbal, de candidaturas feitas pela Câmara Municipal, ao Plano de Recuperação e Resiliência, da bazuca que muitos diziam que não existia e que não iria produzir qualquer tipo de resultados, nomeadamente na questão da habitação.

Referiu que o desenho tinha sido feito por parte do Governo em termos de requalificação da habitação e em termos da construção. As Câmaras Municipais e o Governo encontraram com a União Europeia uma forma de financiamento. As Câmaras Municipais resolveram candidatar-se no sentido de requalificar e construir, numa resposta há falta de habitação. Se o Governo suportado pela maioria do Partido Socialista não tivesse dado aquele passo importante, se tivesse continuado a arrastar os pés, como tinha sido feito por outros Governos de direita e também por Governos do Partido Socialista, que não encararam o problema da habitação como uma prioridade, questionou o que a Câmara Municipal de Setúbal teria feito.

No que se referia à requalificação e construção, não teriam feito nada, tal como não o fizeram em 20 anos de mandato, porque a última construção pública em Setúbal datava do tempo de governação do Partido Socialista. Foi o Governo do Partido Socialista, no tema da habitação e no tema da saúde que, identificando os problemas, decidira agir. Agira no sentido de encontrar os modelos de financiamento em cooperação com as Câmaras Municipais, tal como acontecera em Setúbal, com a Unidade Local de Saúde de Azeitão, e também com as construções da Unidade Local de Saúde da Bela Vista e Bairro do Liceu.

Verificaram na intervenção do senhor Presidente um desconforto, uma hipersensibilidade registada ao vídeo que os Vereadores da oposição fizeram, mas não ficaram preocupados com a alergia que tinham aos Vereadores do Partido Socialista em Setúbal. Tratava-se de um problema do senhor Presidente o qual teria que gerir.

Na verdade, nunca esconderam em momento algum, aquela parceria e a cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Governo, mas se o Governo tivesse avançado para resolver aqueles problemas tudo teria ficado na mesma, era o que refletia a gestão do senhor Presidente, não haveria nenhum tipo de avanço, não havia nenhum tipo de decisão, as coisas arrastavam-se no tempo e aquilo que os vereadores do PS pretendiam era agir e fazer.

Por essa razão, os Vereadores do Partido Socialista iam apontando as críticas e apontando soluções, enquanto os senhores do executivo CDU iam prometendo ao longo do tempo e acabavam por não cumprir.

Na questão do Centro de Saúde, aquilo que verificavam era uma enorme azia por parte do senhor Presidente, uma enorme azia por parte dos vereadores da CDU que



estavam zangados, algo chateados com o facto de o Centro de Saúde ter aberto portas, porque estavam à espera que só acontecesse depois do dia 10 de março, quando, na realidade, já deveria ter acontecido e já pecava por tardia a abertura das portas. Ainda bem que abriram as portas e que aquela infraestrutura que tinha um pai, que era o Governo do Partido Socialista e tinha uma mãe que era a Câmara Municipal de Setúbal, contrariamente à questão do estacionamento tarifado que não tinha pai nem mãe, porque ninguém sabia como a concessão aparecera.

Na verdade, a questão da Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, que tinha um pai e uma mãe, estava de portas abertas para a população e servia bem a população, tendo sido um compromisso do Partido Socialista cumprido, porque para o Partido Socialista, que era um partido de poder, do arco de governação, palavra dada era palavra honrada. Informou o senhor Presidente que juntos seguiam naquele caminho, por muito que aquilo o deixasse chateado, angustiado, zangado, mas o Centro de Saúde abria portas.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando José, ao contrário do que andou a dizer durante anos, trabalhavam com todos e também com o Governo do Partido Socialista e a prova estava à vista, foram vários os investimentos e parcerias em matérias que não eram da competência da Câmara Municipal. Que o senhor Vereador se esquecesse de algumas coisas, até admitiria fazer outras coisas, como o senhor Vereador fez com o senhor Vereador Joel Marques não poderia aceitar, sem deixar de denunciar a situação.

A Constituição da República atribuía responsabilidades aos Governos e cada Governo tinha a obrigação de cumprir o que a Constituição da República determinava e o Governo do Partido Socialista, mesmo com maioria absoluta, não cumprira aquilo que eram as regras básicas que a Constituição da República atribuía ao Governo.

Solicitou uma “cunha” ao senhor Vereador, uma vez que deixou de falar com o senhor Ministro, para que a ARS de Lisboa e Vale do Tejo pagasse à Câmara Municipal 1.354.509 euros, porque a Câmara Municipal já tinha pago à empresa. O Governo e a ARS ficaram de pagar, mas a Câmara Municipal de Setúbal ainda não receberam aquele valor.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que não poderia deixar de responder dado o tom agressivo e até arrogante do senhor Vereador Fernando José, relativamente ao facto de ter pedido para esclarecerem quem foram os senhores vereadores que tiveram o comportamento descrito pelo senhor Presidente da Câmara. Disse que ficou claro que não havia erro nenhum e que os senhores vereadores, pelo menos dois deles do Partido Socialista não estavam preocupados com o trabalho de vereação naquela Câmara Municipal, mas sim em fazer campanha para as legislativas, o que era grave, porque era confundir atos eleitorais diferentes, era confundir institucionalmente órgãos diferentes e enganar aqueles que iriam votar no dia 10 de março.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a Praceta Joaquina Guerreiro estava integrada num empréstimo e a breve prazo iria anunciar o andamento daquela obra, o projeto estava pronto há já algum tempo, tratava-se só de uma questão financeira. Relativamente à questão dos orgânicos, disse que houve uma perturbação na recolha de orgânicos, mas que iria haver mais, decorrentes de plenários de trabalhadores, sobretudo na sexta-feira, assim como naquele dia, bem como no dia seguinte e no dia



posterior, resultante dos sucessivos plenários do SINTAP e do STAL. Os trabalhadores exerceram o seu direito de participar nos plenários, por essa razão procuraram resolver com trabalho extraordinário, alguma da recolha depois dos plenários. Naquela manhã dos oito circuitos fizeram apenas um, significava que haveria um conjunto de resíduos para recolher.

Relativamente aos resíduos orgânicos fizeram menos três circuitos do que era habitual, em relação aos monos fizeram-se menos dois circuitos e em relação à recolha de indiferenciados fizeram menos um circuito. Colocaram uma informação no site, chamando a atenção para a situação, avisando as pessoas, mandaram sms, porque iriam ter uma situação anómala.

Referiu que não era uma situação normal, porque habitualmente não era normal haver tantos plenários consecutivos, mas era um direito, pelo que teriam que encontrar a solução e solicitavam compreensão às pessoas para o facto, não haveria muito a fazer a não ser tentar correr atrás do prejuízo e procurar rapidamente recompor a situação após a realização dos plenários.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Com toda a estima que tinha pelo senhor Presidente, lamentava dizer que ainda não iria dar por fim o assunto sobre o “Post” que os vereadores do PS fizeram e muito bem, porque no Partido Socialista estariam muito à vontade e iriam continuar a fazer e brevemente certamente que alguns deles o senhor Presidente não iria gostar.

Acreditava que o senhor Presidente tivesse uma agenda complicada, pelo que não iria fazer quatro inaugurações do centro de saúde, aquele passado já tinha existido, quando o senhor Presidente inaugurou cerca de três ou quatro vezes o parque de estacionamento da Praça do Brasil. Naquela altura o senhor Presidente não fez campanha em cima de uma eleição, no entanto, o Partido Socialista é que fazia campanha.

Disse que não faziam a inauguração, porque não correriam o risco de alguém se lembrar em fazer almoços em hotéis em Azeitão e pagar 100 euros por pessoa.

Independentemente do conteúdo do “Post” tinham duas coisas positivas, sendo que não tivera custos para os munícipes, nem custo para o ambiente, tal como o seu camarada Fernando José dissera, o senhor Presidente esquecia-se de que era do Partido Ecologista Os Verdes, mas continuava a apostar no reforço da comunicação do Município de Setúbal através de distribuição de jornais em papel, enquanto os “Post” das redes sociais não gastavam papel, eram ecológicos e gratuitos.

Dado que o senhor Presidente estava tão preocupado com os conteúdos da bancada do Partido Socialista, disse ser interessante demorar tanto tempo a ler os “Post” do Partido Socialista, quando deveria ler mais os conteúdos que vinham no boletim e deveria ler os textos que vinham em referência às obras de requalificação de futura habitação que era feita. Disse que um dos vereadores do Partido Comunista trouxera para aquela sessão dívidas, sendo que deveria olhar primeiro para dentro da sua casa, porque certamente o Município de Setúbal não era uma boa referência ao nível dos pagamentos.

Disse que o senhor Presidente não lhes iria dar lições de comunicação, muito menos um Presidente, um partido, uma coligação, que até à data nunca ouvira indignar-se com a comunicação que acontecia em regimes como na Venezuela, Cuba ou na Coreia.

Disse haver pessoas que tinham certas dificuldades em ouvir certas coisas e que até ao presente não conseguiu ter uma palavra contra uma agressão de um país sobre



outro e recentemente de uma agressão de um grupo de terroristas sobre outro país que matara alguns milhares de pessoas.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Referiu que em relação ao tema da recolha dos orgânicos e dos verdes, aquelas irregularidades e constrangimentos causava-lhes alguma preocupação. Deprendendo do que tinha referido o senhor Vereador, a recolha no dia seguinte eventualmente, poderia estar comprometida.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que a recolha estaria comprometida na hora normal. Referiu que tinham mandado sms a avisar e iriam procurar compensar com equipas em trabalho extraordinário, tentando ir o mais longe possível na recolha.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que seria importante reforçar os sms, porque não lhes tinha sido dado nota daquele recebimento. Acontecia que os contentores que se encontravam na via pública juntamente com os arbustos que as pessoas retiravam dos seus quintais, tornava-se apelativo para bichos e outras coisas, pelo que a situação seria preocupante.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que não sabia o que a senhora Vereadora pretendia dizer na sua última intervenção. Disse que tentaram resolver um problema que decorria de um direito que os trabalhadores tinham. Se a senhora vereadora pretendia recolher consigo os contentores, poderiam ir os dois no seu carro ou na viatura da senhora vereadora para se deslocarem ao local.

Na realidade, tinham que fazer a recolha com os trabalhadores. Aquilo que faziam era informar as pessoas, procuravam compensar aquele atraso na recolha, imediatamente a seguir aos plenários, solicitando aos trabalhadores que fizessem trabalho extraordinário para fazer o máximo de recolha. Era natural que houvesse perturbação e que levasse cerca de um dia e meio a fazer toda a recolha. Não sabia o que lhe haveria dizer mais, porque já o fez três vezes.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que com o respeito que o senhor Vereador não tinha tido por si. O senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha dito que as pessoas tinham recebido sms, na realidade, as pessoas não receberam sms e o lixo estava depositado na via pública. Não colocava em causa os direitos dos trabalhadores, nem terá ouvido nada disso no decorrer da sua intervenção.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que só tinham mandado sms naquele dia, porque no dia anterior não tinham recebido qualquer informação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Informou o senhor Vereador Carlos Rabaçal que não aceitavam aquele tipo de discurso “se quiser usamos a nossa viatura”. A viatura da Vereadora Patrícia Paz era dela, era uma viatura própria e não era utilizada para aquele tipo de situações. Se o senhor Vereador pretendesse utilizar a sua viatura que a utilizasse diariamente, porque era propriedade da Câmara Municipal, mas não diria à senhora Vereadora Patrícia Paz para que levasse a sua viatura para fazer a recolha de lixo e nem sequer aceitavam aquele tipo de discurso. Um pouco mais de respeito pelas intervenções que eram feitas pelos Vereadores do Partido Socialista, exigiam respeito, que era aquilo o Partido Socialista tinha noutros órgãos, na Assembleia Municipal e também noutras câmaras municipais onde tinham respeito pela oposição

feita pelo Partido Comunista e era isso que o senhor Vereador, também, teria que ter, respeito pela oposição.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que o senhor Vereador Fernando José era a última pessoa naquela sala que poderia exigir respeito, porque faltava ao respeito a todas as pessoas. Aquilo era claro como a água e bastava ver as gravações.

Disse que não gostava de falar muito nas reuniões, mas gostava de ter as coisas claras e não gostava de andar em conversas moles.

Referiu que houve um atraso na recolha e que iriam tentar fazer o máximo de esforço para regularizar a situação. Seria bom que não ficassem resíduos nas ruas e se os SMS tivessem chegado no dia anterior, certamente que as pessoas já poderiam ter tido conhecimento prévio. O plenário tivera uma data marcada e depois terá passado para outra data, significava que não iriam fazer uma informação enquanto não tivessem a certeza e só quando tiveram a certeza é que fizeram a informação.

Disse que só se fazia a recolha com os trabalhadores, aqueles que tivessem disponibilidade de trabalhar após o plenário, iriam tentar fazer trabalho extraordinário para fazer a recolha, o que levaria algum tempo até ajustar, pelo que seria natural que houvesse alguma perturbação. Caso voltassem a perguntar, certamente que diria o mesmo.

**Sr. Presidente** – Disse ser um problema que afetava os serviços da câmara e as populações. Teriam que informar as populações daquelas situações, procurando não perturbar aquilo que eram os direitos dos trabalhadores, sendo aquilo que estaria em causa. O objetivo da Câmara Municipal era procurar encontrar as melhores soluções para ultrapassar aquelas dificuldades. Tratava-se de dificuldades pontuais, mas que tinha o seu impacto junto de quem procurava corresponder às exigências ambientais e de saúde pública do nosso tempo. Disse ser naquele entendimento que a Câmara Municipal trabalhou e continuaria a trabalhar.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 13:

**“Saudação  
Associação de Ténis de Mesa de Setúbal**

*A Associação de Ténis de Mesa de Setúbal, fundada em 14 de fevereiro de 1944, merece o nosso mais sincero reconhecimento e saudação. Desde a sua fundação, esta associação tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e promoção do ténis de mesa na região de Setúbal.*

*Com o objetivo principal de facultar aos atletas e clubes todas as condições necessárias para alcançarem as suas ambições desportivas, a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal destaca-se pelo seu compromisso com o fair play e a igualdade de direitos na modalidade. Valorizando a importância do desporto como veículo de integração social e interação entre diferentes gerações, a associação tem sido um exemplo de dedicação e excelência.*

*Ao longo dos anos, a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal tem sido uma força impulsionadora no desenvolvimento do ténis de mesa na região, proporcionando oportunidades de treino, competição e crescimento pessoal para atletas de todas as idades e níveis de habilidade.*

*O seu compromisso com os clubes e atletas locais é notável, e é graças ao seu trabalho árduo e dedicação que a modalidade continua a prosperar na região de Setúbal. Assim, é com grande admiração e respeito que saudamos a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal e expressamos os nossos melhores votos para o seu futuro contínuo de sucesso e realização. Que continuem a inspirar e a fortalecer a comunidade desportiva local!"*

**"Saudação  
Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão**

*O Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão é uma verdadeira referência na preservação e divulgação das tradições culturais da região. Fundado em 10 de fevereiro de 1983, pelo Padre Américo Faria, este grupo tem desempenhado um papel crucial na ocupação dos tempos livres dos mais jovens, ao mesmo tempo que promove e preserva as danças e cantares regionais através da organização de exposições, quermesse e jogos tradicionais.*

*Em 1991, o Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão tornou-se oficialmente membro da Federação do Folclore Português, consolidando assim o seu compromisso com a preservação do património cultural do país.*

*Destacamos uma das iniciativas mais emblemáticas deste grupo: o Festival Internacional de Folclore. Iniciativa que passou a integrar o IOV (International Organization of Folk Art) desde o dia 22 de janeiro de 2024. Este festival é uma oportunidade única para os grupos folclóricos locais e regionais apresentarem as suas danças e cantares, celebrando a riqueza e diversidade das tradições populares para pessoas de todo o mundo.*

*O Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão organiza também outro evento importante: o Festival de Folclore integrado nas Festas do Moinho de Maré da Mourisca, que tem lugar no último fim-de-semana de agosto. Este festival é uma ocasião especial para celebrar as tradições locais e fortalecer os laços comunitários em Setúbal.*

*Ao longo dos anos, o Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão tem sido uma fonte de orgulho para a comunidade, promovendo a cultura e as tradições da região de forma vibrante e apaixonada. Que continuem a inspirar e enriquecer as nossas vidas com a sua dedicação e entusiasmo!"*

**"Saudação  
João Berardo Farinha**

*Os Vereadores do PSD gostariam de saudar o atleta João Berardo Farinha, do Grupo Desportivo "Os Amarelos", que se sagrou vice-campeão no Campeonato Nacional da 1ª divisão de Pesca Desportiva Embarcada de Alto Mar em Barco Fundeado.*

*A época 2023 encerrou em Aveiro, nos dias 4 e 5 de fevereiro, local onde João Bernardo Farinha demonstrou ser um dos melhores pescadores nacionais de alto mar, conquistando o segundo lugar da competição, entre cerca de 30 participantes.*

*Com este resultado, o atleta de "Os Amarelos" carimbou o seu passaporte para a Irlanda, onde irá disputar o campeonato do mundo de pesca desportiva, em representação da Seleção Nacional.*



*Saudamos o atleta pelo excelente resultado alcançado, assim como o Grupo Desportivo “Os Amarelos”, nomeadamente a Secção de Pesca Desportiva, reiterando os votos de sucesso para esta importante coletividade setubalense.”*

**“Saudação  
Lions Clube de Setúbal**

*O Lions Clube de Setúbal, fundado em 9 de fevereiro de 1974, é uma instituição de grande importância na nossa comunidade. Como parte do Lions Clubs International, uma associação mundial com mais de 1,4 milhão de associados em mais de 200 países, o Lions Clube de Setúbal tem desempenhado um papel vital no fortalecimento das comunidades locais e no apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade.*

*Com uma missão clara e uma visão definida, o Lions Clube de Setúbal trabalha incansavelmente para melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem e trabalham neste território. Através de ações concretas e abrangentes, a instituição promove o bem-estar comum e faz a diferença na vida de muitos.*

*Ao longo dos anos, o Lions Clube de Setúbal tem sido um exemplo de dedicação e compromisso com a causa pública. As suas atividades abrangem diversas áreas, desde apoio social a iniciativas de saúde, educação e cultura, chegando a milhares de pessoas em toda a região.*

*Portanto, é com grande admiração e reconhecimento que saudamos o Lions Clube de Setúbal pelo seu valioso trabalho e pela sua contribuição para o bem-estar da nossa comunidade. Que continuem a inspirar-nos com a sua dedicação e a fazer a diferença na vida daqueles que mais precisam. Votos de saudação e agradecimento pelo excelente trabalho e pelo impacto positivo que têm na sociedade setubalense.”*

**Sr. Vereador José Pereira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 a 16:

**“Saudação  
YMCA Setúbal**

*A YMCA Setúbal, fundada em 1975, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que desempenha um papel fundamental na comunidade. Como parte do movimento global da YMCA, que conta com mais de 64 milhões de membros em mais de 120 países, a YMCA Setúbal está empenhada em promover o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, especialmente dos jovens.*

*Guiada pelos valores do respeito, responsabilidade, honestidade e solidariedade, a YMCA Setúbal vai além de simplesmente prestar serviços - reconstrói relações e aproxima pessoas, respondendo às necessidades reais da comunidade. Com uma equipa de cerca de 100 pessoas, a YMCA Setúbal oferece uma ampla variedade de programas, incluindo acampamentos, recreação comunitária, ginásios, aulas de natação, hospitalidade e eventos, bem como programas infantis de creche, jardim de infância e centros de atividades de tempos livres, além de centro de formação profissional e aprendizagem.*

*Ao longo dos anos, a YMCA Setúbal evoluiu para refletir a diversidade da sociedade moderna, acolhendo pessoas de todos os géneros, raças e religiões. No entanto, o compromisso principal da instituição permanece o mesmo: servir e apoiar os jovens na sua jornada de desenvolvimento pessoal e social.*

*Desde a sua fundação, a YMCA Setúbal tem desempenhado um papel vital na comunidade, proporcionando oportunidades de crescimento, aprendizagem e integração para pessoas de todas as idades. O seu impacto positivo é evidente em toda a cidade de Setúbal, e é com grande admiração e reconhecimento que saudamos o trabalho exemplar realizado pela YMCA Setúbal. Que continuem a inspirar e a transformar vidas na nossa comunidade!”*

**“Saudação  
AURPIA - Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de  
Azeitão**

*A AURPIA - Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão é uma instituição de extrema importância na comunidade de Vila Nogueira de Azeitão. Fundada em 12 de fevereiro de 1985, esta associação tem vindo a desempenhar um papel fundamental na área da ação social, prestando apoio prioritário aos mais carenciados da nossa sociedade.*

*Como Instituição de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, a AURPIA tem como missão proporcionar assistência e apoio aos reformados, pensionistas e idosos da região, garantindo que estes tenham acesso a serviços e cuidados essenciais para uma vida digna e confortável.*

*Com uma visão orientada para a consolidação dos serviços prestados, a AURPIA promove a melhoria contínua das suas valências, adaptando-se às necessidades emergentes da comunidade. Além disso, está sempre atenta a novas formas de responder às exigências sociais, procurando criar novas respostas que possam contribuir para o bem-estar dos seus beneficiários.*

*É inegável a importância do apoio à pessoa idosa numa sociedade saudável e coesa. A AURPIA desempenha um papel crucial neste sentido, oferecendo não apenas assistência material, mas também apoio emocional e social, contribuindo assim para a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos da região de Azeitão. Que a AURPIA continue a ser uma fonte de esperança e conforto para os mais vulneráveis da nossa comunidade, cumprindo a sua nobre missão com dedicação e empenho.”*

**“Saudação  
Hugo Plácido da Silva**

*Hugo Plácido da Silva, diplomado e antigo docente do Politécnico de Setúbal (IPS), é o primeiro português a ser distinguido com o prémio Entrepreneurship Impact Award, que reconhece personalidades com «impacto significativo no ecossistema de empreendedorismo guiado pela engenharia».*

*O também investigador no Instituto de Telecomunicações (IT) e que, atualmente, é professor do Instituto Superior Técnico, tendo já recebido importantes distinções a nível europeu e mundial, por exemplo, foi um dos vencedores dos Innovation Radar Awards 2017 (Comissão Europeia) com o projecto BITalino, foi agora laureado pelo seu mais recente trabalho- a plataforma BITalino.*

*Trata-se de um hardware de baixo custo que pode ser incorporado na construção de equipamentos médicos, em projetos que envolvam sinais corporais ou no ensino. Pode ser usado com outros blocos de hardware como sensores para eletrocardiografia, eletroencefalografia, movimento e outros testes médicos. É uma placa eletrónica, que cabe na palma de uma mão, e pode ser usada tanto em*



*contexto de sala de aula como em aplicações que incluem drones, robots ou até sistemas de controlo de portas através de contrações musculares.*

*Em suma, permite a qualquer pessoa desenvolver projetos e aplicações que incorporem sinais biomédicos, de forma fácil e rápida, conjuga as áreas de fisiologia e tecnologia, distinguindo-se por disponibilizar, num só objeto, os materiais necessários para adquirir sinais musculares, cerebrais, cardíacos, do sistema nervoso simpático e biomecânicos, entre muitos outros, permitindo assim democratizar o uso destas ferramentas, dantes frequentemente inacessíveis fora do laboratório.*

*O hardware, criado em 2013, é também usado para possibilitar aos estudantes sessões práticas de laboratório, contando já com mais de dez mil exemplares distribuídos pelo mundo.*

*Na base da atribuição do prémio, foram avaliados critérios como espírito empreendedor, criação de valor, impacto e sustentabilidade dos projetos candidatos.*

*Hugo Plácido da Silva é também um dos fundadores da PLUX – Wireless Biosignals, S.A, uma empresa que faz parte da Comunidade IST Spin-Off e que já foi também incluída na lista das 10 empresas de referência a nível mundial no mercado da saúde móvel (mHealth), segundo um relatório de 2021 da consultora Global Market Insights.*

*Os Vereadores do PSD saúdam Hugo Plácido da Silva pelo seu percurso profissional brilhante e por esta distinção tão merecida e reconhecedora de mérito.”*

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 17 a 22:

**“Saudação  
Aniversário do Lions Clube de Setúbal**

*Fundado em 1974, o Lions Clube de Setúbal assinalou o seu 50.º aniversário no passado dia 9 de fevereiro.*

*Membro do Lions Internacional, uma associação mundial que tem como objetivo e missão o trabalho voluntário em diferentes áreas, de forma a fortalecer as comunidades e apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade, o Lions Clube de Setúbal tem, através da importante atividade que desenvolve junto das populações do concelho, contribuído para a promoção de uma sociedade melhor.*

*O trabalho que desenvolve, de âmbito voluntário, promotor da paz e da justiça social, em prol do bem-estar e qualidade de vida das populações, estabeleceu o Lions Clube de Setúbal enquanto um elemento imprescindível do movimento associativo e comunidade setubalenses.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Lions Clube de Setúbal, órgãos associados e sócios por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**“Saudação  
Aniversário da Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão**

*A Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão (AURPIA), fundada em 1985, assinalou o seu 39º aniversário no passado dia 12 de fevereiro.*



*Enquanto instituição privada de solidariedade social, a AURPIA tem como objetivo a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas, através da sua intervenção no domínio da ação social.*

*Neste sentido, procura criar mais e melhores respostas, em função das necessidades emergentes da comunidade, prestando apoio prioritariamente àqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade, através de diversas valências.*

*No Lar Residencial, resposta que vai ao encontro de todos aqueles que, por motivos de saúde, habitacionais ou sociais, necessitam de uma assistência permanente ou de uma vigília noturna, impossível de obter no seu meio social e na sua habitação, a AURPIA procura proporcionar aos idosos o conforto e a atenção que merecem, incentivando-os à participação em várias atividades, de forma a promover a inclusão e o combate ao isolamento e à solidão.*

*Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela entidade, a qual se constitui como um contributo imprescindível para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, em especial das pessoas idosas e suas famílias, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Unitária dos Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão, órgãos sociais e trabalhadores por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

#### **Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal**

*A Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal assinala hoje, dia 21 de fevereiro, o seu 238º aniversário.*

*Fundada em 1786, tem acompanhado a evolução do território, adaptando-se às necessidades emergentes do Município e dos munícipes, procurando dar resposta às mesmas e desenvolvendo uma importante atividade, através do árduo trabalho daqueles que fazem da sua missão a proteção e o socorro das gentes do concelho.*

*Setúbal e os setubalenses têm nos seus Bombeiros Sapadores exemplos máximos da dedicação, coragem e profissionalismo.*

*É, através do seu compromisso inabalável pela garantia da segurança e bem-estar da comunidade, que prestam este serviço indispensável para a proteção e dignificação da vida humana e do meio ambiente.*

*No serviço público que prestam, salvaguardando os interesses do Município e dos seus munícipes, os Bombeiros Sapadores respondem à sua vocação pessoal, agindo com coragem e cumprindo com determinação a sua missão.*

*Neste sentido, e reconhecendo as legítimas reivindicações destes profissionais, que ao longo dos últimos anos têm lutado por mais e melhores condições de trabalho, pela valorização da sua profissão e pela melhoria do serviço prestado às populações, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal e todos Bombeiros Sapadores do Município, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*



### **“Saudação Aniversário do YMCA Setúbal**

*A YMCA Setúbal, Instituição Particular de Solidariedade Social do concelho, fundada em 1975, assinalou o seu 49º aniversário no passado dia 11 de fevereiro.*

*Criada tendo como objetivo a promoção da capacitação de jovens, com vista à sua realização pessoal e à sua participação no desenvolvimento da sociedade, a YMCA Setúbal conseguiu, ao longo dos seus muitos anos em atividade, conquistar um lugar na comunidade setubalense, enquanto um elemento impulsionador para a transformação social.*

*Através das suas diversas valências, tem conseguido dar resposta a diversas necessidades sentidas pelas populações do concelho, em especial por aqueles que se encontram em situação de especial vulnerabilidade.*

*Cumprindo com o seu lema “Empowering Young People”, tem contribuído para transformar e impactar de forma positiva a vida de inúmeros jovens e suas famílias, durante um período e um processo decisivo de renovação e evolução da sociedade, a juventude.*

*A partir de 6 centros no concelho, cerca de 100 trabalhadores trabalham diariamente junto da comunidade, para o desenvolvimento de projetos e programas em diversas áreas. Na área da infância tem disponíveis os serviços de creche, jardim de infância, educação ambiental e programas de férias. No domínio da Intervenção Social trabalha as vertentes da medida de RSI - Rendimento Social de Inserção e também Ação Social, ambos protocolos com o Município de Setúbal no âmbito da transferência de competências, tem o projeto Casa YMCA para jovens refugiados, é a entidade do 3 setor que irá construir 168 fogos habitacionais em terrenos do IHRU, previsto na Estratégia Local de Habitação, e dá respostas de apoio alimentar no âmbito do Programa Pessoas 2030. Desenvolve também programas de voluntariado, o projeto Quarto de Sonho e iniciativas no domínio da saúde mental, apostando significativamente na promoção da empregabilidade e empreendedorismo jovens, com um programa de mentoria e cursos em parceria com o IEFP. Através dos Investimentos de Impacto procura ainda criar projetos economicamente sustentáveis, com impacto social e ambiental positivo, com vista à criação de oportunidades para a melhoria constante e progressiva de soluções para problemas sociais.*

*Já no YMCA Camp Alambre, a YMCA Setúbal convida todos a viver a Arrábida neste espaço, onde desenvolve serviços associados como a restauração, hospitalidade e atividades ligadas à natureza e aos produtos regionais.*

*Também nos seus espaços – Academia, Ginásios e Piscinas – desenvolve e oferece a prática de atividades desportivas, promovendo uma maior acessibilidade às mesmas e motivando a comunidade à adoção de comportamentos mais saudáveis.*

*Desta forma, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida para a promoção da justiça social, com base nos valores e princípios democráticos, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a YMCA Setúbal e todos aqueles e aquelas que diariamente tornam possível a sua intervenção e ação por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*



**“Saudação  
Aniversário da Associação de Ténis de Mesa de Setúbal**

*Fundada em 1944, a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal (ATM) assinalou o seu 80º aniversário no passado dia 14 de fevereiro.*

*Enquanto a principal dinamizadora da prática desportiva da modalidade de ténis de mesa no distrito de Setúbal, a ATM desenvolve uma importante atividade junto dos clubes, dirigentes, atletas, técnicos, árbitros e demais agentes, com vista a facultar todas as condições necessárias para que as suas ambições desportivas sejam metas atingíveis.*

*Para a ATM Setúbal, o fair play e a igualdade de direitos são valores essenciais na prática desta modalidade, a qual, dada a sua abrangência etária, representa um importante contributo para a promoção da inclusão e integração social intergeracional. A prática desportiva do ténis de mesa traz consigo diversos benefícios para a saúde física e mental. A modalidade é uma das mais completas e inclusivas, podendo ser praticada por grande parte da população, inclusive por pessoas que apresentem deficiência intelectual, Síndrome de Down, perda da capacidade de audição ou condicionamentos a nível motor.*

*Neste sentido, e reconhecendo a atividade desenvolvida pela entidade junto da comunidade, a qual representa um importante contributo para o desenvolvimento desportivo da região, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ténis de Mesa de Setúbal, órgãos sociais e seus associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.*

**“Saudação  
Aniversário do Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão**

*Fundado em 1983, o Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão assinalou o seu 41º aniversário no passado dia 10 de fevereiro.*

*Criado pela mão do padre Américo Faria, de forma a promover a ocupação dos tempos livres dos mais jovens na Freguesia do Sado, o GDCR do Faralhão constituiu-se ao longo dos anos enquanto um importante ator para a preservação do património cultural e etnográfico do concelho de Setúbal.*

*Através da sua atividade, a qual tem contribuído para o desenvolvimento cultural do concelho, promove o folclore e a sua prática, numa ótica intergeracional, preservando a cultura, a tradição e a identidade coletiva.*

*Assim, o folclore é entendido não só enquanto arte performativa e manifestação cultural, mas também enquanto expressão das vivências do povo e dos seus antepassados, ganhando, desta forma, cada vez mais relevância para o estudo e investigação em áreas como a Antropologia.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Grupo de Danças e Cantares Regionais do Faralhão por mais um aniversário, reconhecendo a importante atividade desenvolvida junto da comunidade e fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 23:

**“Saudação  
Hugo Plácido da Silva distinguido com o prémio Entrepreneurship Impact  
Award**

*Hugo Plácido da Silva, diplomado e antigo docente do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), é o primeiro português a ser distinguido com o prémio Entrepreneurship Impact Award, atribuído pelo Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE).*

*Segundo o website afeto ao prémio, este “reconhece uma personalidade que tenha tido um impacto significativo no ecossistema de empreendedorismo guiado pela engenharia”.*

*Atualmente professor do Instituto Superior Técnico (IST) e investigador do Instituto de Telecomunicações (IT), Hugo Plácido da Silva foi distinguido com este prémio pelo seu trabalho envolvendo BITalino, um hardware de baixo custo que pode ser incorporado na construção de equipamentos médicos, em projetos que envolvam sinais corporais ou no ensino. Pode ser usado com outros blocos de hardware como sensores para eletrocardiografia, eletroencefalografia, movimento e outros testes médicos. É uma placa eletrónica que cabe na palma de uma mão e pode ser usada tanto em contexto de sala de aula como em aplicações que incluem drones, robots ou até sistemas de controlo de portas através de contrações musculares.*

*Hoje com utilizadores em mais de 80 países, a plataforma BITalino, originalmente desenvolvida no Instituto de Telecomunicações (IT), é um dos produtos da empresa PLUX – Wireless Biosignals, cofundada por Hugo Plácido da Silva, a qual, segundo o relatório de 2021 da consultora Global Market Insights, foi incluída na lista das 10 empresas de referência a nível mundial no mercado da saúde móvel (mHealth).*

*Em 2017 foi um dos vencedores dos Innovation Radar Awards 2017 (Comissão Europeia) com o projeto BITalino.*

*Mais tarde, em 2018, o IPS atribuiu-lhe o Prémio Carreira Alumni, que anualmente distingue os seus diplomados, cujos percursos pessoais e profissionais constituam uma referência para a comunidade académica. Aquando desta distinção, lembrou as primeiras incursões na área biomédica, ainda nos corredores e salas de aula da EST Setúbal, e como esse ambiente “foi determinante” para a forma como a sua carreira evoluiu.*

*Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Hugo Plácido da Silva pela distinção, reconhecendo ainda o importante trabalho desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Setúbal junto da comunidade académica e fazendo votos de continuação do bom trabalho a ambos.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Parabenizou a setubalense Cátia Oliveira, conhecida no meio artístico como a “Garota Não”, que recebera naquele dia o prémio José da Ponte, um prémio atribuído pela Sociedade Portuguesa de Autores. Um prémio que tinha como referência o álbum “2 de Abril”, um álbum que dizia respeito àquilo que era a área de residência da artista, que dizia muito à cidade, sendo uma data particularmente cara, quando estavam a pouco tempo de assinalar os 50 anos do 25 de Abril e 48 anos da Constituição da República Portuguesa. Tratava-se de um prémio que os enchia a todos de orgulho.



Mencionou que Setúbal, pelo 8.º ano consecutivo, foi considerada “Cidade Amiga do Desporto”. A entidade responsável pela atribuição daquele galardão veio até Setúbal entregar a bandeira, no passado dia 16 de fevereiro.

Disse que os encheira de orgulho, pelo que continuariam empenhados a fazer mais e melhor, a tentar qualificar e tornar o desporto, num instrumento fundamental no desenvolvimento do território.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 27/2023 - Reunião ordinária de 06 de dezembro de 2023**

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 94/2024 – Proposta n.º 14/2024 – GAP – Equipamento e Ligação ao Sistema da Captação CBR7 de Pinhal de Negreiros. Delegação de Competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 95/2024 – Proposta n.º 15/2024 – GAP – Aprovação dos Mapas da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Desempenho Orçamental 2023 – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PSD e 4 abstenções do PS.

### **4. Deliberação n.º 96/2024 – Proposta n.º 16/2024 – GAP – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e da Receita de 2024 – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PSD e 4 abstenções do PS.

## **5. Deliberação n.º 97/2024 – Proposta n.º 17/2024 – GAP – Revogação da deliberação de extinção e liquidação da Fundação Escola Profissional de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30.

**Sr. Presidente** – Disse que face à lei do Orçamento do Estado para 2024 cessaram situações transitórias da situação da Escola Profissional de Setúbal. Propunha-se que existissem condições para que fosse extinta a Comissão Liquidatária, criada durante aquele período transitório e que fosse constituído um conselho de administração por um prazo não superior a um ano, para que pudessem ser feitos os novos estatutos da escola e para que houvesse uma proposta que avançasse para uma solução definitiva do funcionamento da Escola Profissional de Setúbal. Para aquele efeito, propunha-se que fossem nomeados para o conselho de administração os atuais membros que faziam parte da Comissão Liquidatária Manuel Pisco Lopes, Maria Helena Álvaro e Luis Matos da Costa, para que num período de um ano conseguissem ter todas as propostas, no sentido de encontrar definitivamente uma solução para o funcionamento futuro da Escola Profissional de Setúbal, fosse em fundação, em associação ou em outra forma que pudesse ser encontrada.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que estavam perante a figura jurídica da reversão, que iriam buscar uma coisa que tinha sido extinta em 2014 e agora 2024, iriam repô-la a funcionar. Estavam a falar da Fundação Escola Profissional de Setúbal que tinha sido extinta em 2014 e criaram uma comissão de extinção. Questionou sobre o trabalho que tinha sido produzido pela referida comissão e se o trabalho produzido por aquela Comissão de Extinção levava à revogação da Fundação Escola Profissional de Setúbal.

**Sra. Vice-Presidente** – Solicitou que se corrigisse o ponto 5, onde se lia: “3 de dezembro de 2023”, deveria ler-se: “31 de dezembro de 2023”. Disse que se tratava de um lapso, tendo solicitado aos serviços que fizessem a respetiva correção.

Solicitou ao senhor Presidente que a autorizasse a responder às questões colocadas pelo senhor Vereador Fernando Negrão, uma vez que fez parte de um processo em que a escola profissional se vira confrontada com a questão do estatuto de fundação.

Aquela escola sempre tivera financiamento por parte do Fundo Social Europeu e diretamente do Governo. Na altura da questão dos censos das fundações havia um problema devido à forma como eram financiadas as fundações, tendo sido um pouco aflitivo, porque havia dificuldades no próprio financiamento e podia estar em causa o futuro da Escola Profissional e naquele âmbito, todas as forças políticas da Câmara acertaram pela extinção e pela proposta de outra solução.

A partir de 2015, a questão também se alterou, porque o financiamento foi definitivamente resolvido e aquela Comissão Liquidatária não tinha grandes argumentos de liquidação, uma vez que a escola gozava felizmente de uma boa saúde financeira.

Disse que poderia haver outra decisão política, acabando com aquele regime procurando uma nova forma, de acordo com a lei 50 que poderia passar por outra figura jurídica, em que a Escola deixaria de fazer parte da Fundação, mas não deixaria de haver escola, mas também se pressupunha, teria que haver uma questão financeira que não existia. A escola gozava de



uma excelente saúde financeira, através dos contratos-programa, da gestão que fazia e do número de alunos que conseguia cativar.

A escola funcionava normalmente, mas estando numa situação de liquidação não seria normal. Aquilo que pediam era poder reverter, até porque a Lei do Orçamento de Estado dava-lhes essa cobertura, podendo fazer um estudo a apresentar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, de qual seria a melhor solução para o futuro da Escola Profissional, tendo em conta aquelas questões, por essa razão e o senhor Presidente frisara bem, que no espaço de um ano chegassem as respetivas conclusões.

Para poderem desenvolver o trabalho da escola com mais efetividade, a situação de liquidação, não era uma situação confortável para a escola poder concorrer e fazer candidaturas. Existia uma série de coisas que poderiam ser limitativas pela questão de estar em extinção ou estar em liquidação, por esse motivo era positivo poderem voltar à reversão da decisão e terem aquele ano para apresentar aquelas propostas.

**Sr. Presidente** – Disse que a escola passou por uma situação algo difícil quando, em 2013, se criou a situação de haver dúvidas relativamente ao próprio funcionamento das fundações. Disse haver atrasos no pagamento por parte do Ministério da Educação, tendo a escola passado por uma situação muito difícil. Com a alteração e o reconhecimento do bom funcionamento da escola, começou a haver regularidade nos pagamentos, resolução do problema das candidaturas e atualmente a escola tinha uma boa saúde financeira. Todos os alunos que saíam da escola conseguiam emprego ou seguiam os seus estudos, sendo uma boa referência que tinham no concelho e na região. Ultrapassada que foi aquela dificuldade transitória, propunha-se que os membros da Comissão Liquidatária deixassem de estar nessa posição e sendo pessoas que tinham experiência do funcionamento da escola e das questões financeiras, teriam melhores condições para apresentar propostas no sentido de melhores soluções para o futuro da escola. O prazo de um ano parecia-lhes ajustado para desenvolver todo aquele trabalho. Dali por um ano ou menos de um ano, dependendo do trabalho que tiver sido feito, seriam apresentadas as propostas em reunião de câmara e nessa altura teriam a oportunidade de tomar a decisão em definitivo, dando garantias de sustentabilidade futura para as Escola Profissional de Setúbal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 98/2024 – Proposta n.º 18/2024 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Plano de Ação de Gestão de Ruído da A12 – Auto-Estrada Setúbal/Montijo”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**7. Deliberação n.º 99/2024 – Proposta n.º 21/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto à fração DD, do prédio sito na Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 3 – 6.º C, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 100/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DASU/DISUR – Atualização da Estrutura Tarifária do Complexo Fúnebre de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que estando perante uma atualização de preços, e uma atualização de preços que tinha por base o valor da inflação e, portanto, um multiplicador previamente definido, pensava que aquilo que fazia sentido era que essa atualização fosse feita ao cêntimo. Não era, os arredondamentos que tinham e, a atualização que lhes era apresentada era uma atualização feita ao euro, o que significava que uma parte importante daquelas novas tarifas, que lhes eram propostas naquele dia, eram arredondadas por excesso, algumas eram também arredondadas por defeito, outras eram arredondadas por excesso. E, portanto, apesar de irem viabilizar aquela atualização, era relevante que aquela nota ficasse expressa para que em futuras propostas de atualização de tarifário essa atualização fosse feita de uma forma mais correta, com uma atualização ao cêntimo, nas novas tarifas, e não com arredondamento ao euro seguinte.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a proposta não era feita pela Câmara Municipal, era feita pelo concessionário.

Poderiam fazer essa ressalva, para que numa próxima proposta fossem apresentados os valores ao cêntimo, e não, como tinha dito o senhor Vereador, alguns arredondados por excesso outros por defeito.

Poderiam fazer essa recomendação ao concessionário em que em próximas propostas fossem apresentados ao cêntimo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**9. Deliberação n.º 101/2024 – Proposta n.º 01/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2023/2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 102/2024 – Proposta n.º 02/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo referente ao ano letivo 2023/2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 103/2024 – Proposta n.º 03/2024 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2024 – Lanche para estudantes dos 2.º e 3.º ciclos e Ensino Secundário - Escalões A e B**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 104/2024 – Proposta n.º 04/2024 – DEB/DIAPE – Apoio Financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 1.º Ciclo 2023/2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 105/2024 – Proposta n.º 05/2024 – DEB/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho para despesas de funcionamento - Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha- Refeitórios do 2.º, 3.º Ciclo e Secundário 2023/2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não apareciam ali todas as escolas, porque havia algumas escolas cujos equipamentos não tinham sido transferidos para a Câmara, que era o caso das escolas que permaneciam na esfera do antigo parque escolar.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 106/2024 – Proposta n.º 06/2024 – DEB/DIGEPE – Apoio financeiro à Escola Secundária de Bocage**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 107/2024 – Proposta n.º 07/2024 – DEB/DIGEPE – Transferência financeira para a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica da Brejoeira no âmbito das medidas de mitigação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 108/2024 – Proposta n.º 08/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito – Reabilitação de habitações e alojamento provisório, no Bairro da Manteigada, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 109/2024 – Proposta n.º 09/2024 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito – Reabilitação de habitações e alojamento provisório, no Bairro da Alameda, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**18. Deliberação n.º 110/2024 – Proposta n.º 10/2024 – DOM – CP 16/2023/DOM - “Centro Escolar Barbosa du Bocage”: Aprovação do relatório final do júri; não adjudicação e revogação da decisão de contratar; abertura de novo procedimento de contratação pública, por ajuste direto**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquela obra teve um concorrente único aprovado e validado, no conjunto dos concorrentes todos que apareceram a concurso, foram 10 concorrentes. Houve uma contestação dessa atribuição do 1.º lugar à empresa Novagente - Empreitadas, S.A.. Foi considerada procedente a contestação, na medida que a empresa tinha o valor mais baixo, mas tinha um tratamento que não estava completamente correto no calendário da obra, teve que se dar provimento a essa contestação.

O que se propunha era avançar para uma solução de ajuste direto, por interesse público, e por critérios materiais daquela obra da Barbosa du Bocage. O critério utilizado foi contactar em 1.º lugar a empresa que tinha o melhor preço, no caso concreto a Novagente - Empreitadas, S.A, aquela que foi contestada, porque após estar o concurso cancelado era possível convidar qualquer empresa, o critério adotado foi ir pelo preço mais baixo das empresas concorrentes. A empresa Novagente - Empreitadas, S.A não se mostrou disponível para fazer a obra e corrigir o seu calendário, a 2.ª empresa era a empresa Ângulo Recto - Construções, LDA. Essa empresa, Ângulo Recto - Construções, LDA, foi adquirida durante aquele processo pela empresa Alberto Couto Alves, S.A. Essa empresa ficou com todos os direitos da empresa que, entretanto, adquiriu, foi consultada, por ter o 2.º preço mais baixo, e aceitou fazer a obra nas condições contratuais estabelecidas.

Na última reunião já tinha chamado à atenção que aquilo que lhes aconteceu acontecia também noutros municípios, onde a alternativa para dar resposta a situações ou de concursos desertos, ou de empresas que se habilitavam e que não eram aprovadas era o recurso ao ajuste direto por critérios materiais. Também chamou à atenção pelo facto de haver empresas que concorreram só mesmo para ir ver o processo. Por exemplo, uma empresa que concorreu com 3 mil euros, outra que tinha concorrido com 359 mil euros, portanto, empresas que concorreram só mesmo para ver o processo. Outras concorreram à séria, mas mesmo assim, não foi possível aceitar nenhuma delas de acordo com o relatório do júri. Portanto, o recurso foi aquele, e a proposta que faziam era daquela adjudicação por ajuste direto à Alberto Couto Alves, S.A.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 111/2024 – Proposta n.º 11/2024 – DOM – CP 17/2023/DOM - “Unidade de Saúde familiar da Bela Vista”: Aprovação do relatório final do Júri; não adjudicação e revogação da decisão de contratar; abertura de novo procedimento de contratação pública, por ajuste direto**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 47 e 48.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que naquele processo não houve nenhuma empresa que tivesse sido aprovada, as candidaturas foram todas rejeitadas. Seguiu-se o mesmo procedimento, ouve menos empresas concorrentes, mas tinha-se seguido o mesmo procedimento de contactar com as empresas que tinham o melhor preço. Naquele caso concorreram 4 empresas, e a empresa que apresentou melhor preço, apesar de terem sido todas excluídas, foi a Ângulo Recto - Construções, LDA., novamente. A empresa foi contactada, ou seja, naquele momento a Alberto Couto Alves, S.A., que fez a aquisição daquela empresa, aceitou as condições do concurso, por ajuste direto.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 112/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DOM – CP 08/2024/DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro Quinta do Freixo”: Abertura de procedimento de contratação pública; concurso público por lotes - Candidatura n.º 61880 “Reabilitação do Bairro Quinta do Freixo” - RE-CO2-i01 do PRR**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 113/2024 – Proposta n.º 11/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 114/2024 – Proposta n.º 12/2024 – DCDJ/DISOC – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. Apoio financeiro – XXV ExpressArte**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o ExpressArte era presentemente uma realidade incontornável naquilo que era a programação cultural do nosso Município. Era um evento que assumia a sua capacidade de se renovar e inovar e extravasar as fronteiras do próprio Município de Setúbal, levando também o trabalho desenvolvido, por essa instituição, a municípios da Península de Setúbal.

E, nesse sentido, e em particular num ano que comemoravam 50 anos do 25 de abril, era uma edição que merecia da nossa parte a consideração e o apoio, não só pelo que dizia

respeito à contribuição financeira, mas também, de todo um apoio logístico que davam à APPACDM.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 115/2024 – Proposta n.º 13/2024 – DCDJ/DISOC – Centro Social Paroquial de São Sebastião – Colónia de Férias – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que aquela era uma proposta, e uma solicitação que ainda decorria do ano de 2023, e que ganhava forma em 2024.

O Centro Social Paroquial de São Sebastião solicitou junto da Câmara Municipal levar muitos dos seus utentes a fazer uma atividade que, pela primeira vez, considerará para muitos daqueles utentes uma viagem fora do Continente, nomeadamente à Ilha Terceira, no Açores. Aquela era uma atividade que se inscrevia naquilo que era a atividade regular do Centro Paroquial de São Sebastião, com aquele público, um trabalho de grande proximidade, um trabalho de grande valorização individual, e protagonizando as suas histórias de vida.

Era nesse sentido que o Grupo Tesouros de Vida, tinha uma atividade regular, já promovida, com mais de duas dezenas de pessoas, muitas delas trabalhadoras e ex-trabalhadoras da indústria conserveira.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 116/2024 – Proposta n.º 39/2024 – DURB/DIPU – Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Setúbal na área de Poçoilos e Mitrena e adoção de Medidas Preventivas - Processo n.º 1009C/17**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 a 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que relativamente aos pontos da Ordem de Trabalhos 25 a 32, a que correspondiam as deliberações 117/2024 a 124/2024, tinham um sentido de voto igual para todas elas. Se assim se repetisse nas outras forças políticas propunham que se juntassem e que se fizesse uma única votação.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que não tinham nada a opor.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação desde a 117/2024 até à proposta de deliberação 124/2024 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.



**25. Deliberação n.º 117/2024 – Proposta n.º 40/2024 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará - Processo n.º 141/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 24).

**26. Deliberação n.º 118/2024 – Proposta n.º 41/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura – Obras de Legalização e Alteração - Processo n.º 216/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 24).

**27. Deliberação n.º 119/2024 – Proposta n.º 42/2024 – DURB/GAPRU – Concessão da licença administrativa de reabilitação, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 102/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 24).

**28. Deliberação n.º 120/2024 – Proposta n.º 43/2024 – DURB/GAPRU – Concessão da licença administrativa de demolição e construção de edifício habitacional - Processo n.º 4/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 24).

**29. Deliberação n.º 121/2024 – Proposta n.º 44/2024 – DURB/GAPRU – Indeferimento de projeto de arquitetura – Legalização de alterações exteriores - Processo n.º 332/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 24).

**30. Deliberação n.º 122/2024 – Proposta n.º 45/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “Paragem e estacionamento proibidos”, na Av. Bento de Jesus Caraça (Traseiras do Edifício n.º 71)**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 e 64 (ver ponto 24).



**31. Deliberação n.º 123/2024 – Proposta n.º 46/2024 – DURB/DIMOT – Colocação de sinais de “Estacionamento Proibido”, com adicionais “acesso de emergência”, nas ruas Falcão Machado e Afonso Castro**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 65 e 66 (ver ponto 24).

**32. Deliberação n.º 124/2024 – Proposta n.º 47/2024 – DURB/GAPGPA – Projeto de regulamento de utilização da ponte cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 67 a 69 (ver ponto 24).

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Célio** – Disse viver uma situação complicada, como a Câmara já tinha conhecimento. Mas a situação estava pior, naquele momento tinha os seus filhos sinalizados na CPCJ devido à situação que vivia.

Por várias vezes foi à Câmara explicar a sua situação, e diziam-lhe que não havia casas, não havia verbas, e que havia pessoas em situação pior.

Questionou qual seria a situação pior que a dele, para chegar ao ponto de quererem-lhe tirar os seus filhos.

Já nem pedia uma casa da Câmara, pedia somente um contentor com água e com luz, para poder viver em paz com os seus filhos. Se continuasse com estava podia acontecer o pior e não queria que lhe retirassem os seus filhos. Não sabia o que dizer mais, já só queria um contentor com água e com luz.

**Sr. Presidente** – Disse que a questão de não haver casas era uma situação que se arrastava, e cada vez se agravava mais.

Acreditava na avaliação técnica dos serviços, quando faziam esse registo, que havia situações piores do que a do senhor Célio, mas não podiam ser insensíveis àquilo que tinha sido dito, que era não ter os seus filhos junto de si.

O que podia dizer era que iam ver essa possibilidade do contentor.

**Sr. Célio** – Disse que só pedia um contentor com água e luz, não pedia mais nada.

(Vozes de fundo)

**Sr. Presidente** – Disse que iam ver o que poderiam fazer.

(Vozes de fundo)

**Sr. Igor** – Disse que mais uma vez se solidarizava, também, com aquela família que pediu ajuda. Era uma situação muito difícil. Que pudessem, em breve, ter uma resposta, uma solução para todas as famílias que estavam naquela situação.

Citou o trágico acidente que vitimou uma criança na Bela Vista, era uma situação extremamente triste e, que cada vez mais, não só a Câmara Municipal, como o Governo,

pudessem intervir naquela região levando serviços, oportunidades e dignidade porque só assim se conseguia reduzir essas situações.

Disse que achou importante o que o senhor Presidente disse relativamente a que não valia tudo na política, que isso servisse para todos.

Na última reunião da Câmara, dia 7 de fevereiro, fez uma intervenção e uma provocação ao executivo que causou algumas reações, no mínimo desproporcionais.

Após o encerramento da reunião, um membro do executivo o ter questionado com a seguinte frase: “no Brasil não há problema de habitação?”, fazendo algum tipo de alusão ao seu país de origem, ou tentativa de desacreditar o seu questionamento, e por isso direcionou a palavra ao Vereador Pedro Pina: “senhor Vereador, antes de mais nada, quero dizer que o seu questionamento não me ofende, e que se o senhor gosta de usar o Brasil como referência, vamos aproveitar porque estamos num ano de Jogos Olímpicos, e utilizar o Brasil como referência, também, para falar de desporto”. O último orçamento aprovado por aquela Câmara em 2023 previa um investimento na cultura, desporto e tempos livres, de quase 3,7 milhões de euros, e disse gostar de saber, exatamente, o valor que seria destinado ao desporto. Fez uma solicitação e até à presente data não lhe responderam. Esse valor, quando não se tinha uma unidade de medida, até parecia um investimento razoável, mas se utilizassem a mesma comparação, que lhe foi feita pelo seu senhor Vereador, não tinha dúvidas que aquele executivo, pararia e repensaria os investimentos no desporto no concelho de Setúbal.

O Brasil tinha atualmente o maior programa desportivo de patrocínio individual do mundo, o programa Bolsa Atleta. Esse programa abrangia mais de 8 mil atletas, num total de 120 milhões e 500 mil reais investidos, aproximadamente 23 milhões de euros. Esses atletas recebiam mensalmente desde 370 reais, aproximadamente 70 euros, até 15 mil reais, aproximadamente 2.800 euros, investimento esse que rendeu um total de 150 medalhas olímpicas para o Brasil. O senhor Vereador sabia quantas medalhas olímpicas Portugal já tinha conquistado? Tinha a certeza que não. Mas falavam do Brasil, um país de 210 milhões de habitantes, então iria falar da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu e tinha sido criado.

A cidade do Rio de Janeiro conquistou 48 medalhas olímpicas, número esse, que superava a quantidade de medalhas conquistadas por Portugal, que a propósito era de apenas 28 medalhas.

Valia a pena lembrar que a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população de aproximadamente 6 milhões e 200 mil habitantes, aproximadamente 60% da população de Portugal, porém com 20 medalhas olímpicas a mais que Portugal.

O senhor Vereador não achava imoral o tipo de questionamento que lhe fez ao usar o Brasil como unidade de medida para justificar uma incapacidade de resposta na gestão do executivo no âmbito da habitação? Ou o senhor ia negar que fez essa comparação?

Questionou quando é que o desporto iria ser tratado a sério, com projetos que atendessem um número verdadeiramente considerável de crianças, jovens, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Perguntou quando é que Setúbal iria ter um projeto desportivo de patrocínio individual, de apoio a atletas de alto rendimento, para que aqueles que viviam no concelho não precisassem recorrer a outras Câmaras Municipais para terem apoios.

Não era preciso ser muito inteligente para saber que nada disso iria acontecer tão cedo: “porque o desporto nunca foi, não é, e não há sinais de que um dia seja tratado a sério por esta gestão”.

Também tinha sido dito, pelo senhor Vereador, que não deveria fazer esse tipo de questionamento. Já estava em Portugal, há mais de 4 anos, já estava acostumado com esse tipo de questionamento e comentários, achava isso raso e imoral.

Infelizmente não poderia deixar de citar esse facto publicamente, principalmente por se tratar por parte daquele executivo.

Além disso, gostava de deixar ali um aviso para o senhor Presidente e para todo o executivo, a sua obrigação era trabalhar para melhorar a qualidade de vida de todos os setubalenses, e

sempre que identificasse uma demanda ou achasse necessário traria à Câmara todos os questionamentos cabíveis, gostasse o senhor Presidente ou não.

**Sr. Presidente** – Agradeceu ao senhor Igor a sua vinda à Câmara Municipal, apresentado as suas razões, naturalmente, que os senhores vereadores tomaram nota das questões que colocou.

Disse que em Setúbal, e também naquela área desportiva e em outras áreas, procuravam, era esse o compromisso e obrigação que tinham, corresponder àquilo que eram as expectativas, os direitos das populações que ali viviam. Era um trabalho que não era fácil, mas era esse o compromisso que tinham, e, portanto, procuravam dar resposta nas possibilidades que tinham a esses objetivos.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que se queria dirigir diretamente a quem fez aquela última intervenção e dizer-lhe o seguinte: *“Temos plena consciência daquilo que são as nossas competências, e do trabalho que temos que fazer a favor do Conselho e dos setubalenses, portanto, o seu aviso é um mero aviso sem interesse absolutamente nenhum. Existem entidades em Portugal que vigiam (entre aspas), o trabalho feito pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais designadamente o Tribunal de Contas e os tribunais ordinários, não precisamos de mais vigilância, nem ninguém que ande a vigiar o nosso trabalho a não ser em termos críticos, proposta a proposta, e não com esse aviso que o senhor aqui deixou que parece que ficará de olho em nós, se fizermos alguma coisa malfeita. Não é preciso, temos instituições que fazem isso”*.

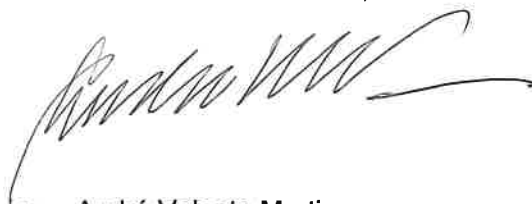
**Sr. Presidente** – Disse que os senhores Vereadores do Partido Socialista propuseram alteração da reunião da Câmara de 6 de março, para 13 de março, a seguir às eleições. Da parte deles, tinha verificado com os serviços, não estava à vista nenhuma situação que não pudesse passar para o dia 13 de março. Avançaria uma semana cada reunião do mês de março, a segunda reunião passaria de 20 para 27 de março. Se houvesse necessidade de fazer alguma reunião extraordinária, uma vez que podia haver algum processo que precisasse de andamento, alguma situação que acontecesse, contactariam os senhores vereadores para fazer uma reunião extraordinária, se fosse esse o caso. A próxima reunião seria dia 13 de março.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quarenta e seis minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 22 de maio de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 43 folhas numeradas.

A Chefe de Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:

Vitor Marcos  
Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Sofia Casas Novas